



**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI  
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE  
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**FRANCISCO DANILO DE SOUZA GOMES**

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS DESAFIOS  
NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO POR UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

**ITAJAÍ  
2025**

**FRANCISCO DANILO DE SOUZA GOMES**

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS DESAFIOS  
VIVENCIADOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO POR UNIVERSIDADES  
BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Vale do Itajaí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ediene do Amaral Ferreira

**ITAJAÍ  
2025**

**FRANCISCO DANILO DE SOUZA GOMES**

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS DESAFIOS  
VIVENCIADOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO POR UNIVERSIDADES  
BRASILEIRAS**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação da Universidade do Vale do Itajaí,

Linha de Pesquisa: Políticas para a Educação Básica e Superior.

Itajaí, 06 de março de 2025.

Profa. Dra. Verônica Gesser  
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Profa. Dra. Ediene do Amaral Ferreira  
UNIVALI – Orientadora

Prof. Dra. Silmara Da Costa Maia  
UNIVALI

Prof. Dr. Thiago Allison Cardoso de Jesus  
UEMA



Dedico este estudo dissertativo a minha mãe Lucilene Gomes de Araújo, ao meu pai Edgard Araújo (*in memoriam*), ao meu avô José Melo (*in memoriam*) e minha querida avó Maria Eunice Gomes de Sousa (*in memoriam*), pessoa está que mesmo sem nenhum estudo me ensinou as coisas mais valiosas da vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus** por me permitir chegar até este momento de minha trajetória profissional, sem dúvidas, sem Ele nada seria possível. Em tempos difíceis seu amor por mim confortou meu coração, transmitindo a sensação de que tudo iria dar certo.

Atualmente, com 25 anos, me tornando Mestre em Educação, não poderia deixar de agradecer a algumas pessoas que foram e são de extrema importância para a minha vida tanto no aspecto pessoal como no âmbito profissional. Em minha humilde opinião, essa conquista não é somente minha, mas de todos aqueles que me ajudaram a chegar até este momento, principalmente pelo fato que tenho como origem pessoas simples, que não tiveram a oportunidade que eu tive do acesso à educação, sendo eu, o primeiro e o único membro de minha família até o presente momento a ingressar no ensino superior.

Neste sentido, aproveito a oportunidade para agradecer a minha mãe, **Sra. Lucilene Gomes de Araújo**, por todo o apoio, carinho e abdicção durante a sua vida, sempre priorizando os meus interesses acima dos seus. Lembro-me do ano de 2018, em uma madrugada, quando eu lhe disse que iria desistir da graduação em Direito pois devido as minhas crises de ansiedade eu não conseguiria mais viajar de ônibus no trajeto Santa Quitéria à Sobral, ou seja, de casa para o Centro Universitário que durava em torno de 01h30min. Prontamente ela me respondeu: “Se o problema é esse, vendemos a nossa casa e nos mudamos para Sobral para você estudar!”. E assim foi feito. Se desfez de seu maior sonho – a casa própria – para apostar na minha educação, para apostar nos meus sonhos. Lhe amo, minha mãe! Meus sinceros agradecimentos!

Da mesma forma, agradeço aos meus parentes que não se encontram mais em vida por todos os ensinamentos e valores repassados. Meu padrasto que eu intitulo como pai, **Sr. Edgard Fernandes de Araújo**, meu querido avô, **Sr. José Gomes de Melo** e, minha querida avó, **Sra. Maria Eunice Gomes de Sousa**. Gostaria de salientar que com essas pessoas, mesmo sem nenhum tipo de formação acadêmica, aprendi ensinamentos que fui encontrar em tempos futuros na mais sofisticada literatura. Aprendi a respeitar o próximo, a tratar todos de forma igual e, principalmente, a valorizar as coisas simples da vida. Muito obrigado!

Gostaria de deixar um agradecimento especial a uma referência que não se encontra mais presente neste plano, tratando-se do **Prof. Dr. Manoel de Castro Carneiro Neto**. Poderia aqui mencionar inúmeras qualidades profissionais, mas, acredito eu que seu principal ponto de destaque se tratava do seu jeito humano e especial de ser. Um exímio profissional e um ser humano ainda melhor! Uma pessoa que se fez presente desde o terceiro semestre de minha graduação, guiando meus passos e sendo o responsável por me apresentar os caminhos da pesquisa científica, que hoje me faz ser um profissional de destaque. Deste modo, aqui deixo registrado uma singela homenagem.

Gostaria de agradecer a **Profa. Dra. Ediene do Amaral Ferreira** pela paciência e disponibilidade para majestosamente orientar este estudo dissertativo, assim como, todo o corpo docente que faz parte do programa de Mestrado em Educação da Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. No mesmo sentido, agradeço a direção da Faculdade ViaSapiens – FVS, na pessoa do meu amigo, **Prof. Me. Raphael Gomes Viana**, por proporcionar a execução deste programa Minter em parceria com a UNIVALI.

Aproveito a ocasião para agradecer aos membros da banca na pessoa da **Profa. Dra. Silmara da Costa Maia** (UNIVALI) e o **Prof. Dr. Thiago Allison Cardoso de Jesus** (UEMA) por aceitarem o convite de participação enquanto avaliadores desta dissertação e pelas valorosas contribuições que foram prontamente incorporadas nas entrelinhas do texto.

Não poderia deixar de agradecer ao **Prof. Me. Alex Alves do Nascimento** por todo apoio prestado durante o período de minha graduação. Por inúmeras vezes me abriu portas na academia e me incentivou a trilhar caminhos na pesquisa científica. Um exímio professor que se tornou um amigo!

Deixo aqui meus agradecimentos a meus tios que durante minha infância ajudaram minha mãe em momentos difíceis. Obrigado **Jaqueline Melo, Comes Sousa, Damião Gomes e Valdenir Gomes**.

Agradeço a meus amigos, **Francisco José e Vinícius Nascimento** por se fazerem presentes direta ou indiretamente em minha vida, deixando-a mais leve. Por último e não menos importante, gostaria de agradecer a cada pessoa que vem contribuindo de alguma forma para o meu crescimento pessoal e/ou profissional nos últimos anos, mas que não se encontram presentes nestes agradecimentos.

*A educação não pode ser vista apenas como um elemento de formação intelectual ou profissional, mas sim, como um mecanismo revolucionário que possibilita a ruptura de paradigmas e barreiras sociais presentes na sociedade contemporânea.*

*Francisco Danilo de Souza Gomes*

## RESUMO

Este estudo dissertativo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI na linha de pesquisa Políticas para a Educação Básica e Superior. Buscando a devida efetivação do “tripé” educacional, a resolução 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação definiu em seu artigo 4º que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. Deste modo, tornou-se obrigatório em todo o território nacional a incorporação da extensão universitária na matriz curricular dos cursos de graduação. Neste sentido, o presente estudo busca responder o seguinte questionamento: Quais foram os principais desafios enfrentados pelas Universidades Brasileiras na implantação da curricularização da extensão Universitária? Dessa forma, definiu-se como objetivo geral compreender os principais desafios enfrentados pelas Universidades Brasileiras na implantação da curricularização da extensão Universitária. Por sua vez, quanto objetivo geral definiu-se compreender os principais desafios enfrentados pelas Universidades Brasileiras na implantação da curricularização da extensão Universitária e, enquanto objetivos específicos identificar quais foram os pontos positivos e negativos no processo de implantação da curricularização da extensão por Universidades, descrever como ocorreu o processo de institucionalização para a implantação da curricularização da extensão por Universidades e mapear os principais desafios para o processo de implantação da curricularização da extensão Universitária. Para alcançar os objetivos expostos na presente dissertação, optou-se pelo desenvolvimento da revisão sistemática de literatura (RSL) objetivando compreender o atual estado de conhecimento das pesquisas acerca da curricularização da extensão universitária. Dessa forma, a RSL adotada nesta pesquisa seguiu o protocolo desenvolvido por Sampaio e Mancini (2007), tendo como etapas do protocolo: 1) Definição da questão problema; 2) Identificação das bases de dados; 3) Seleção de palavras-chaves a serem aplicadas nos bancos de dados; 4) Definição dos critérios de inclusão e exclusão; 5) Condução das buscas; 6) Aplicação dos critérios de inclusão e exclusão; 7) Análise dos resumos das teses e dissertações selecionadas; 8) Realização da sistematização destacando objetivos, percurso metodológico e principais achados; 9) Apresentação dos achados da revisão. Enquanto resultados da pesquisa, verificou-se que o processo de curricularização da extensão universitária foi implementado com dificuldades por parte das Universidades brasileiras. A sustentabilidade financeira da instituição, a estrutura curricular dos cursos, as mudanças no processo pedagógico, são alguns dos fatores que trouxe desafios para este processo. Dessa forma, acredita-se que para a curricularização da extensão faz-se necessário uma mudança no modo de se pensar o currículo, que precisa ser imediatamente revisto, de modo que ele possa traduzir um projeto político pedagógico integrado e supere a dinâmica de compilado de disciplinas.

**Palavras-chave:** Curricularização; Desafios; Extensão; Universidades.

## ABSTRACT

This dissertation study was developed within the scope of the Graduate Program in Education – PPGE of the Vale do Itajaí University – UNIVALI, within the line of research: Policies for Basic and Higher Education. Seeking the proper effectiveness of the educational "tripod", resolution 07 of 2018 of the National Council of Education defined, in its article 4, that extension activities must occupy at least ten percent of the total student curricular workload of undergraduate courses, as part of the curricular matrix of the courses. Thus, it became mandatory, throughout Brazil, to incorporate university extension into the curricula of undergraduate courses. This study seeks to answer the following question: What were the main challenges faced by Brazilian Universities in the implementation of the University extension curriculum? The general objective was to understand these challenges, for which we set some specific objectives: to identify what were the positive and negative points in the process of implementation of the extension curriculum by Universities; to describe how the institutionalization process for the implementation of the extension curriculum by Universities occurred; and to map the main challenges in this process. To achieve the objectives set out in this dissertation, we conducted a systematic literature review, seeking to understand the current state of knowledge of research on the curricularization of university extension. The literature review adopted in this research followed the protocol developed by Sampaio and Mancini (2007), conducting the following protocol steps: 1) Defining the problem question; 2) Identifying databases; 3) Selecting search terms to be applied in the databases; 4) Defining the inclusion and exclusion criteria; 5) Conducting searches; 6) Applying the inclusion and exclusion criteria; 7) Analyzing the abstracts of the selected theses and dissertations; 8) Systematizing the articles retrieved, highlighting objectives, methodological path and main findings; 9) Presenting the findings of the literature review. Through this research, it was found that the implementation process of curricularization of university extension by Brazilian universities encountered some difficulties. Some of the factors that brought challenges in this process were the financial sustainability of the institution, the curricular structure of the courses, and the changes in the pedagogical process. Thus, it is believed that to successfully curricularize extension activities, a change in the way of thinking about the curriculum is needed, which needs to be immediately revised, so that it can translate into an integrated political-pedagogical project and overcome the dynamic of compiling disciplines.

**Key words:** Curriculum; Challenges; Extension; Universities.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01:</b> Evolução histórica da extensão no Brasil.....	33
<b>Figura 02:</b> Levantamento com o descritor “Curricularização, Extensão e Universidades”.....	46
<b>Figura 03:</b> Localização das Universidades com pesquisas que abordam a curricularização da extensão universitária.....	51
<b>Figura 04:</b> Curricularização da extensão na UFC.....	59

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> Porcentagem de Teses e Dissertações selecionadas.....	49
--	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Etapas da revisão sistemática.....	44
<b>Quadro 02:</b> critérios de inclusão e exclusão.....	46
<b>Quadro 03</b> - Lista de Título das Dissertações e Processo de Inclusão.....	47
<b>Quadro 04</b> – Distribuição no tempo das Dissertações que abordam a curricularização da extensão universitária.....	50
<b>Quadro 05</b> – Pesquisas que abordam a curricularização da extensão universitária.....	52
<b>Quadro 06</b> – Teses e Dissertações selecionados acerca das práticas utilizadas para a implantação da curricularização da extensão por universidades.....	53
<b>Quadro 07</b> – Teses e Dissertações selecionados acerca dos pontos positivos no processo de curricularização da extensão.....	60
<b>Quadro 08</b> – Teses e Dissertações selecionados acerca dos desafios para a implantação da curricularização da extensão por universidades.....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CONAE</b>	Comissão Organizadora Nacional é integrada
<b>CODAE</b>	Coordenação de Atividades de Extensão
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>IES</b>	Instituições de Ensino Superior
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>PPC</b>	Projeto Pedagógico do Curso
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>UNIVALI</b>	Universidade Vale do Itajaí
<b>NEXTIC</b>	Núcleo de Extensão e Iniciação Científica
<b>FVS</b>	Faculdade ViaSapiens
<b>GT</b>	Grupo de Trabalho
<b>FORPROEX</b>	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Pública Brasileiras
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>UFSC</b>	Universidade Federal De Santa Catarina
<b>UFRN</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<b>UFSP</b>	Universidade Federal de São Paulo
<b>UEPG</b>	Universidade Estadual de Ponta Grossa
<b>UFC</b>	Universidade Federal do Ceará
<b>UFRN</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<b>UFES</b>	Universidade Federal do Espírito Santo
<b>UENP</b>	Universidade do Norte do Paraná
<b>UFJF</b>	Universidade Federal de Juiz de Fora
<b>UFU</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>UFSM</b>	Universidade Federal de Santa Maria
<b>UNOPAR</b>	Universidade Norte do Paraná

**UNIVALI**

Universidade Vale do Itajaí

**RSL**

Revisão Sistemática da Literatura

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>26</b>
2.1	A extensão universitária nas universidades da Europa e nos Estados Unidos .....	26
2.2	A extensão universitária no Brasil .....	29
2.4	Curricularização da extensão enquanto matriz e currículo.....	41
<b>3</b>	<b>PERCUSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>46</b>
3.1	Coleta de Dados.....	49
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>55</b>
4.1.	Como ocorreu o processo de institucionalização para a implantação da curricularização da extensão por Universidades? .....	55
4.2.	Quais foram os pontos positivos no processo de implantação da curricularização da extensão por Universidades? .....	62
4.3.	Quais foram os principais desafios para o processo de implantação da curricularização da extensão Universitária? .....	69
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>

*Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais.*

-Rubem Alves

## **1 INTRODUÇÃO**

É notório que a educação, nos últimos anos, tem passado por um processo de grandes transformações estruturais que certamente são fruto da ascensão das novas tecnologias e da informação que, hodiernamente, ganham maior destaque a partir da aproximação entre as inúmeras indústrias tecnológicas e, em decorrência disso, é comum que as políticas curriculares careçam de princípios organizadores que se adequem a esse novo cenário.

Isso se deve ao fato de que o currículo significa mais do que uma junção neutra de conhecimentos, o currículo representa parte de uma tradição seletiva, a perspectiva de um grupo acerca do que é o conhecimento legítimo, é um produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que influenciam um povo (Apple, 1994).

Sob essa ótica, ao analisar o contexto histórico da formação do currículo, Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004) pontuavam que o currículo não pode ser compreendido apenas como um conjunto de competências que devem ser desenvolvidas pelo professor no processo de formação do aluno, mas sim, constitui-se em um universo de experiências e vivências, nas quais se “constrói o fazer-pedagógico, em um contexto sócio-histórico dado, que se organiza de diversos modos para aproximar-se a intenção formativa do “modelo profissional” de cada agência formadora como espaço de inovação pedagógica” (Ramalho; Nuñez; Gauthier, 2004, p. 187). Assim, percebe-se o quão relevante é o currículo para a construção do processo pedagógico. Diante disso, é de suma importância que este, na atualidade, abarque em sua estética elementos que auxiliem o ser humano a superar os seus limites e a trabalhar possibilidades que de criarem o próprio modo de fazer e pensar de cada profissão.

Além disso, a importância a que se deve esse modelo curricular está ligada ao período no qual estamos vivenciando, qual seja, o pós-moderno<sup>1</sup>, que faz com que seja necessário modelos e práticas que concebam conhecimentos e processos de formação diante dos quais são construídos novos saberes resultantes de processos históricos, culturais, sociais etc (Cunha, 2005).

Neste sentido, percebe-se que o processo de formação do ensino superior no Estado brasileiro é constituído por um conjunto de eventos históricos que resultaram diretamente na indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Com o advento da Constituição Federal de 1988 o conhecido “tripé” educacional passou a ser posto em um nível de igualdade, devendo ser obrigatoriamente ofertado pelas Instituições de Ensino Superior (IES), sendo expressamente definido no artigo 207 da CF/88 que define que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988, p. 127).

Ao analisar-se a história da educação superior brasileira, percebe-se que a discussão acerca da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão tem sido palco para debates na academia desde 1931 quando surge a primeira legislação acerca da extensão universitária, por meio do decreto 19.851, que definiu que a “extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitário” (Brasil, 1931, p. 08).

Contudo, apenas em 1988 com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que os debates na academia começaram a ter mais notoriedade acerca da tridimensionalidade entre o ensino, pesquisa e extensão (Silva, 2000); (Moita; Andrade, 2009). Ocorre que, muito se evidenciava uma espécie de dualidade entre os mecanismos, ou seja, era evidente na Universidade a relação ensino e extensão, ensino e pesquisa, pesquisa e extensão, mas pouco se falava na

---

<sup>1</sup> Entende-se que o pós-modernismo pode ser compreendido por meio das mudanças sociais, filosóficas e científicas que surgiram após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, tal corrente não é adepta por todos os doutrinadores. Nesse contexto, um dos grandes nomes da Filosofia moderna, Bruno Latour, explica que não vivemos em uma sociedade pós-moderna, uma vez que esta jamais existiu.

tridimensionalidade seguindo as premissas da indissociabilidade (Moita; Andrade, 2009).

Dessa forma, as articulações pedagógicas que eram constituídas tendo como base a dualidade entre o ensino e a extensão promoviam o conhecimento voltado para as preocupações sociais e humanísticas presentes na sociedade, deixando de lado o caráter técnico-científico presente na pesquisa. Por sua vez, as práticas pedagógicas relacionadas ao ensino e a pesquisa valorizavam o aspecto tecnicista, buscando assim o desenvolvimento de novos produtos e tecnológicas. A exclusão da extensão universitária neste processo influencia o distanciamento da universidade com a sociedade, fazendo com que a prática pedagogia encontre-se em detrimento no que diz respeito aos aspectos éticos, políticos e sociais. Por último, ao falar-se sobre a dualidade entre extensão e pesquisa, ocorreria na exclusão do caráter formativo que constitui um dos principais elementos da universidade (Simões, 2007);

Cabe salientar que o critério dualista exposto anteriormente é de extrema importância para o processo de aprendizagem, contudo, deve-se salientar a importância da tridimensionalidade entre o ensino, pesquisa e extensão presentes no cotidiano da Universidade (Pereira, 2022). Além disso, cabe salientar que a tridimensionalidade presentes no tripe é exigida apenas Universidade, este caráter sendo dispensado, por exemplo, nas Faculdades.

Assim, percebeu-se desde a promulgação da carta constitucional que este é um grande desafio para a educação superior. Neste sentido, o Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução número 07 de 2018 trouxe um desafio para as universidades brasileiras, tratando-se de curricular a extensão universitária (Brasil, 2018).

Cabe salientar que mesmo ano o autor vem a ingressar no curso de Direito do Centro Universitária Inta – UNINTA, iniciando assim o período de graduação. Durante a trajetória acadêmica, foi realizado assiduamente o desenvolvimento de práticas relacionadas a pesquisa científica, como a elaboração e publicação de resumos simples, resumos expandidos, livros, capítulos e artigos científicos, possibilitando assim concluir o curso de direito no ano de 2018 com mais de 20 artigos publicados em periódicos reconhecidos pela CAPES.

Entretanto, após a conclusão do curso de ensino superior, em um momento de análise dos títulos acadêmicos para um processo seletivo de mestrado em uma instituição federal, percebeu-se a ausência de atividades relacionadas a extensão universitária – questionando no momento, pela primeira vez, o que de fato seria extensão.

Posteriormente, no ano de 2022, o autor vem a ingressar no magistério superior no curso de direito com exatos 23 anos. Devido a prática com o desenvolvimento da pesquisa científica, vem a assumir o cargo de Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica da Faculdade ViaSapiens – FVS, Instituição de Ensino Superior localizada na região da serra da Ibiapaba (CE).

Dentre as atividades desenvolvidas durante a gestão do respectivo núcleo, foi implementado na IES a criação de grupos de estudos, bem como, a promoção de eventos científicos, possibilitando assim a produção acadêmica por parte dos docentes e discentes. Além disso, através das atividades do núcleo, pela segunda vez o autor se questionou sobre o que de fato seria a extensão universitária, principalmente após a sua curricularização.

Dessa forma, o interesse do autor por pesquisar sobre a curricularização da extensão universitária no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI surgiu no desenvolvimento da trajetória profissional e através prática laboral enquanto coordenador do NEXTIC. Assim, através da vivência do cotidiano laboral e das leituras e pesquisas realizadas acerca do objeto de estudo, nasceu anseio na busca por compreender as dificuldades para a implantação da curricularização da extensão universitária, tendo como base o prisma da indissociabilidade entre o “tripe” pesquisa, ensino e extensão.

Nesse sentido, ao olhar dos ensinamos do professor Paulo Freire (1977, p. 36) em seu livro “Extensão e comunicação?”, percebe-se que esse caráter indissociável seria um dos ideais para a implantação da extensão universitária, uma vez que “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (Freire, 1977, p. 36).

Dessa forma, por meio da junção entre o ensino, pesquisa e extensão, seria possível o desenvolvimento de uma prática pedagógica que seria constituída através de conhecimentos teóricos adquiridos por meio da acadêmica através do ensino presencial, mas também de vivências e experiências presentes na sociedade, valorizando assim a extensão aniversária.

Uma prática que seria constituída de procedimentos técnicos e científicos, valorizando assim o ensino e a pesquisa, mas tais conhecimentos não seriam restritos apenas entre os muros da Universidade, mas sim, seriam aplicados através de um troca com a sociedade, sem desconsiderar aspectos sociais, humanitários e econômicos, valorizando a extensão. (Gadotti, 2017).

Deste modo, acredita-se que não há de se falar em dualidade, mas sim na interação entre o ensino, pesquisa e extensão, possibilitando que todos os agentes envolvidos no processo assumam o papel de protagonista, desenvolvendo, de fato, a comunicação tridimensionalidade (Gadotti, 2017).

Assim sendo, buscando a devida efetivação do “tripé” educacional, a resolução 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação – CNE definiu em seu artigo 4º que: “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (Brasil, 2018, p. 02).

Tal assunto não é novo para o sistema jurídico brasileiro, uma vez que o Plano Nacional de Educação (2014-2024) traz em sua meta 12, estratégia 7, a obrigatoriedade de as instituições públicas de ensino superior assegurarem “no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014), contudo, percebeu-se que na prática a aplicação dessa meta não foi implementada por algumas instituições de ensino.

Assim, a resolução 07 de 2018 do CNE reforça a previsão legal do constituinte e tornou obrigatório em todo o território nacional a incorporação da extensão universitária na matriz curricular dos cursos de graduação. Cabe salientar que a referida resolução definiu expressamente que a curricularização da extensão universitária deveria ser avaliada, buscando assim manter parâmetros de qualidades. Contudo, não foi disponibilizado nenhum instrumento avaliativo de

como deveria ocorrer a aplicação da extensão universitária nas Instituições de Ensino Superior, ficando assim a cargo de cada IES definir os seus procedimentos e projetos para a implementação da extensão na matriz curricular (Marques, 2021).

Neste sentido, o presente estudo busca responder o seguinte questionamento: Quais foram os principais desafios enfrentados pelas Universidades Brasileiras na implantação da curricularização da extensão Universitária?

Por sua vez, quanto objetivo geral definiu-se compreender os principais desafios enfrentados pelas Universidades Brasileiras na implantação da curricularização da extensão Universitária e, enquanto objetivos específicos identificar quais foram os pontos positivos e negativos no processo de implantação da curricularização da extensão por Universidades, descrever como ocorreu o processo de institucionalização para a implantação da curricularização da extensão por Universidades e mapear os principais desafios para o processo de implantação da curricularização da extensão Universitária.

No que diz respeito a relevância do trabalho, acredita-se que a relação Universidade, Sociedade e Extensão Universitária é uma prática que vem sendo discutida desde o século XIX, na Inglaterra, quando surgiram os primeiros movimentos relacionados a extensão universitária. Ao analisar o processo evolutivo da extensão universitária no Brasil, percebe-se que essa sofre significativas mudanças em decorrência dos regimes, constituições, decretos e atos normativos que fazem parte do processo histórico do Estado brasileiro.

Mesmo tratando-se de um assunto que se encontra presente na sociedade a séculos, ainda assim, acredita-se que falar sobre a extensão universitária é preciso, uma vez que ainda não se tem um consenso formado do que seria de fato a extensão universitária e como aplicá-la. Dessa forma, com a creditação da extensão universitária, no ano de 2018, as IES se viram na necessidade de desenvolver projetos para satisfazer a resolução do CNE, contudo, percebe-se que as que cada IES adotou um processo pedagógico próprio de como curricularizar a extensão universitária, assim não seguindo um padrão.

No mesmo sentido acredita-se ser necessário o desenvolvimento de um instrumento normativo a nível federal e no âmbito interno das Instituições de Ensino Superior capaz de determinar como deve ocorrer o processo de efetivação da

extensão na matriz curricular dos cursos, buscando assim uniformizar o entendimento acerca da aplicação prática da extensão universitária. credita-se que surge a relevância científica deste estudo dissertativo. Ocorre que, devido a implantação da curricularização da extensão universitária não ter seguido um processo uniforme em todo o território nacional, passa a existir a necessidade de compreender quais práticas, projetos pedagógicos e procedimentos foram adotados pelas Instituições de Ensino Superior para atender a resolução 07 de 2018 do CNE.

Além disso, entende-se que é importante desenvolver essa reflexão não unicamente pelo aspecto normativo, isto é, de atender uma resolução de um órgão federal. Mas sim, pelo cuidado com o processo de formação dos discentes que a Universidade possui, levando em consideração aprendizados teóricos, científicos e sociais. Dessa forma, é impetuoso que para uma boa formação de um profissional, o aluno tenha vivenciado durante o período de sua formação práticas relacionadas a pesquisa, ensino e extensão, valorizando assim as competências do tripe educacional.

Contudo, acredita-se que o processo de aplicação da extensão universitária ainda possui muitas lacunas acerca de como ocorreu a sua curricularização, isto é, de como as Universidades realizaram este procedimento, principalmente levando em consideração que o Estado brasileiro é constituído por um conjunto de Instituições de Ensino Superior com os mais diferentes tipos de recursos financeiros e estruturais para investir no desenvolvimento desta área.

Além disso, entende-se que o objeto de estudo da presente dissertação possui grande notoriedade e relevância para a seara acadêmica, uma vez que através das buscas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) por meio da revisão sistemática da literatura foi possível identificar apenas 13 trabalhos (teses e dissertações) que abordam a temática. Portanto, em virtude da escassez de pesquisas sobre o assunto desta dissertação, bem como, o recente lapso temporal da implementação das medidas definidas através a publicação da resolução número 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), possibilitam que o estudo científico traga significativas contribuições para a comunidade, assim como, servindo como base para projetos futuros.

Enquanto estrutura, o presente estudo dissertativo é constituído por cinco capítulos. No primeiro capítulo intitulado como “Introdução” foi realizado a apresentação da pesquisa, definido a questão problema, a relevância do trabalho e exposto os objetivos da pesquisa.

Por sua vez, o segundo capítulo é composto pelo referencial teórico do estudo. Este capítulo dividiu-se em duas seções. Na primeira seção intitulada como “A extensão universitária no Brasil” aborda uma análise acerca do processo de formação da extensão universitária no estado brasileiro. Por sua vez, a segunda seção do capítulo discorre sobre os ideais de curricularizar a extensão universitária com base nos marcos legais.

Seguindo adiante, o terceiro capítulo trata sobre o percurso metodológico da pesquisa. Neste capítulo, abordou-se o protocolo utilizado para o desenvolvimento da Revisão Sistemática da Literatura – RSL, estabelecendo os critérios de Inclusão e Exclusão da pesquisa.

Por sua vez, o quarto capítulo do estudo foi constituído por meio dos achados da pesquisa. Neste capítulo foi abordado as questões problemas desenvolvidas durante o procedimento da RSL, apresentando assim a sistematização de dados elucidando os objetivos da pesquisa.

Por último e não menos importante, o quinto capítulo aborda as considerações finais da pesquisa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico deste estudo caracteriza o processo de formação da extensão universitária no Estado brasileiro desde o seu advento até a contemporaneidade, encontrando embasamento tanto na literatura como na legislação. Neste sentido, o presente capítulo dividiu-se em duas seções.

A primeira seção intitulada como “A extensão universitária no Brasil” aborda uma análise acerca do processo de formação da extensão universitária no estado brasileiro tendo como base ensinamento dos autores Celso de Rui Beisiegel (2008), Adolfo Ignacio Calderón (2003), Marilena Chauí (2001; 2003), assim como a obra “Extensão e comunicação?” de Paulo Freire (1977).

Por sua vez, compreendido o processo de formação histórico da extensão no Brasil, adentra-se na segunda seção do capítulo abordando os ideais de curricularizar a extensão universitária, possuindo como base de estudo o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2014, o PNE de 2014-2023 e resolução número 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que instituiu a curricularização da extensão.

### **2.1 A extensão universitária nas universidades da Europa e nos Estados Unidos**

Ao falar-se sobre a extensão universitária é preciso ter conhecimento que essa não é constituída originalmente no Estado brasileiro. Ao analisar a sociedade internacional<sup>2</sup>, percebe-se movimentos extensionistas ainda na segunda metade do século XIX, na Inglaterra.

---

<sup>2</sup> Entende-se que o termo sociedade internacional encontra-se em constante mutação, seguindo assim o processo evolutivo da humanidade. É importante destacar que por vezes o conceito de sociedade internacional e comunidade internacional são tratados como sinônimos, contudo, deve-se ter conhecimento que mesmo com a sua similaridade, ainda assim, possuem conceitos distintos. Ferdinand Tönnies (1887) leciona que a comunidade internacional seria constituída por um conjunto de agentes de direito internacional que buscariam a união visando assim ideais como o progresso da humanidade, o bem comum e a fraternidade, deste modo, tratando-se de vínculo natural e espontâneo. Por sua vez, os ideais que constituem a sociedade internacional encontram-se baseados no caráter soberano dos Estados. Deste modo, a cooperação entre os países e os demais agentes de direito internacional não ocorre por meio de valores filantrópicos, mas sim, na busca do desenvolvimento interno de cada Estado. Sob essa perspectiva, Hobbes (2003, p.110) explica: “os

Nessa perspectiva, Evandro Mirra (2009, p. 77) explica que a Universidade de “Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de cursos de extensão a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade”. Entende-se que as iniciativas relacionadas a extensão na Europa entre os anos de 1871 e 1883 tratavam de iniciativas por meio de cursos em que a academia ofertava atividades para a classe operária da região. Dessa forma, surgindo as primeiras aproximações da universidade com a sociedade.

Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Péricles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire (Mirra, 2009, p. 77).

Em seguida a extensão se expandiu para a Bélgica e para a Alemanha até que se difundiu por todo o continente europeu. Assim, salienta-se que a extensão universitária é fruto de um período consideravelmente crítico em virtude da valorização dos ideais liberais presentes no modo de produção capitalista e na revolução industrial.

Contudo, o Estado liberal não conseguiu sustentar suas ideologias. Percebeu-se, com o tempo, que a liberdade que se falava seria meramente abstrata, uma vez que os indivíduos não tinham as mesmas oportunidades. Além disso, percebe-se um grande poder de domínio da classe burguesa perante a classe operária. Deste modo, o Estado liberal fez com que surgisse uma grande exploração da mão de obra humana, uma vez que não havia interferência estatal nas relações privadas (Gangana, 2018).

Nesta esteira, Fonseca leciona que:

Os princípios liberais se esgotaram na defesa de uma liberdade abstrata que acabou por sufocar o próprio cidadão que dela era titular. A

---

reis e as pessoas dotadas de autoridade soberana, por causa da sua independência, vivem em constante rivalidade e na condição e atitude dos gladiadores, com as armas assestadas, cada um de olhos fixos nos outros; isto é, os seus fortes, guarnições e canhões guardando as fronteiras dos seus reinos, e constantemente com espiões no território dos seus vizinhos, o que constitui uma atitude de guerra”.

sustentação da liberdade como um apanágio do homem, decorrente da própria natureza, se esvaiu por entre os meandros da relação concreta entre o capitalista, detentor dos meios de produção, e o operário que prestava o seu trabalho. Essa relação degenerou em exploração (Fonseca, 2000, p. 70).

Consequentemente, a sociedade adentra em um momento em que buscou-se a propagação de um movimento que amenizasse os problemas sociais resultantes desse cenário. Por essa razão, se fizeram presentes nessa época inúmeras propostas e organizações que visavam, junto a outras entidades da sociedade civil, sanar os anseios sociais dos trabalhadores, buscando “cada qual à sua maneira, oferecer contrapontos às consequências mais nefastas do capitalismo” (Paula, 2013, p.09). Diante disso, era prestada a assistência à população mais carente da sociedade, no intuito de alfabetizar e qualificar os indivíduos para que estes obtivessem a capacitação necessária para as mudanças operacionais e tecnológicas do sistema capitalista, satisfazendo assim, os interesses da indústria, constituindo os ideais presentes no Estado social.

Acerca da ideologia deste Estado, Sundfeld (2006, p. 55) explica que este buscava “o desenvolvimento (não o mero crescimento, mas a elevação do nível cultural e a mudança social) e a realização da justiça social (é dizer, a extinção das injustiças na divisão do produto econômico)”. Dessa forma, entende-se que o Estado social foi, de certa forma, uma evolução do Estado liberal, onde o percebeu-se a necessidade de interferir nas relações privadas para garantir os direitos de seus respectivos cidadãos, bem como, proporcionar instrumentos necessários para minimizar questões sociais da época.

Assim a escola passa a ser um elemento de extrema importância para a sociedade pois “ela prepara os trabalhadores com o propósito de desenvolver as características necessárias para manuseio das novas tecnologias incorporadas aos processos de produção” (Ribeiro, 2020, p. 03). Em seguida, a extensão universitária passou a se desenvolver nos Estados Unidos com o apoio do governo, sendo voltada principalmente para o desenvolvimento econômico e empresarial, através do aprimoramento das tecnologias e de soluções econômicas.

Com isso, foi criada a *American Society for the Extension of University Teaching*, que impulsionou as atividades de extensão, pioneiramente, na Universidade de Chicago, em 1892, culminando na experiência desenvolvida pela

Universidade de Wisconsin, em 1903 (Paula, 2013). Nesse contexto, Evandro Mirra (2009, p. 78) destaca o seguinte:

[...] As ações desencadeadas nesse quadro foram decisivas para a modernização da tecnologia agrícola americana, surgindo dessa forma um modelo de interação com a comunidade que implicava a universidade na questão do desenvolvimento. O efeito ampliou-se mais ainda pela diversificação do programa extensionista, com a educação continuada e expansão das atividades extramuros. A partir daí a extensão universitária estava consagrada.

Através dos excelentes resultados da aplicação da extensão universitária nos EUA, a extensão ganhou notoriedade e se expandiu por vários países, se adequando às necessidades e ideologias de cada um deles, ocorrendo, dessa forma, uma reformulação nos modelos que já existiam. Como exemplo disso, cabe mencionar os países europeus. Como já pontuando anteriormente, a extensão universitária na Europa tinha como finalidade intervenções sociais que amenizassem a grande miséria ocasionada pela Revolução Industrial, enquanto nos Estados Unidos, desenvolveu-se outra perspectiva, tendo como principais anseios o desenvolvimento tecnológico e empresarial (Augusto, 2020).

## **2.2 A extensão universitária no Brasil**

No Brasil a ideia da extensão universitária é implementada de forma tardia, de modo que as escolas superiores eram reconhecidas popularmente como privilégios das classes nobres da sociedade (Leite; Morisini, 1992). Somente no ano de 1929 presenciou-se pela primeira vez uma forma de extensão sistematizada conforme o modelo norte-americano, através da iniciativa da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, onde foi realizada uma experiência técnica com agricultores na linha de prestação de serviços ao meio rural brasileiro (Gurgel, 1986).

Assim, de início, a extensão no Brasil se verificou por meio da “educação continuada e educação voltada para as classes populares; extensão voltada para a prestação de serviços na área rural” (Nogueira, 2005, p. 16-17). Posteriormente, no ano de 1931, surge a primeira legislação brasileira versando sobre a Extensão Universitária, no Decreto Lei número 19.851, representando o Estatuto das

Universidades Brasileiras, que foi responsável por estabelecer as bases do sistema universitário.

A referida legislação definiu expressamente em seu artigo 42 que a extensão universitária se concretiza através de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, que visam a difusão do conhecimento obtido na universidade e com o auxílio à população para a solução de estigmas sociais. Nestes termos:

A extensão universitária será effectivada por meio de cursos e conferencias de caracter educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario. (Brasil, 1931).<sup>3</sup>

Em seguida, a lei supracitada define que a extensão tem como objetivos a difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo (Brasil, 1931). Nesse sentido, destaca-se que a extensão universitária no contexto brasileiro passou por frequentes disputas entre os poderes hegemônicos e movimentos populares, que buscavam proporcionar o acesso de toda a população às universidades, a autonomia e a ampliação da discussão acerca da função social dessas instituições (Soares, 2017, p. 43).

Seguindo adiante nessa cronologia, outro marco legal foi lei número 5.540 de 1968 que implementou a reforma universitária. Tal reforma possui extrema relevância para o processo de formação da extensão universitária no Brasil, uma vez que tem como consequência os movimentos estudantis denominados como “operário-estudantil” e a “aliança operário-camponesa” que podem ser compreendidos como um conjunto de mobilizações que buscavam o processo de alfabetização de jovens e adultos e campanhas de combates a doenças do campo (Paula, 2013).

Deste modo, percebe-se que a extensão no Brasil, inicialmente, teve como premissa uma maior integração da sociedade com a academia, promovendo assim o desenvolvimento de atividades que contribuem para uma concepção de extensão no entendimento literal da palavra (Freire, 2013).

---

<sup>3</sup> A transcrição da legislação foi feita em conformidade com o acordo ortográfico vigente em 1931.

A primeira política de extensão universitária no Estado brasileiro surge no ano de 1975, com o Plano de Trabalho da Extensão Universitária criado pela Coordenação de Atividades de Extensão – CODAE, órgão este vinculado ao Ministério da Educação. Acerca do Plano Nogueira (1999, p. 75) explica que o MEC assumiu “para si a competência de propor a política de extensão para as universidades brasileiras, traçando diretrizes e normas em âmbito nacional” (Nogueira, 1999, p. 75). Contudo, tal iniciativa não logrou êxito, fazendo com que a Coordenação de Atividades de Extensão fosse desativada quatro anos depois, em 1979 (Carneiro; Collado; Oliveira, 2014).

Assim, com o aumento das discussões acerca da educação e extensão, em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), que pode se configurar como um “marco histórico para a consolidação da extensão na dinâmica da universidade e de seu fortalecimento decorrente da equalização com o ensino e a pesquisa” (Soares, 2017, p 44 - 45). Pois, a criação do instituto, de certa forma, alavancou as discussões acerca do tema extensão naquele período.

É válido mencionar também que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), número 4.024, de 1961 trouxe registros acerca da Extensão Universitária, tendo como escopo a transmissão de conhecimento e assistência. A referida legislação define como finalidades do ensino superior:

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Brasil, 1961)

Assim, percebe-se que a legislação da época vincula a extensão universitária a práticas de caráter assistencialista, no sentido de “ilustrar as massas” e “assisti-las”. Nesse sentido, a prática extensionista reduz a distância entre as atividades acadêmicas e os interesses concretos da população, visto que ela corresponde a um instrumento básico de recuperação da função social da universidade (Nogueira, 2000).

Além disso, cabe salientar que durante a ditadura militar a extensão universitária no Estado brasileiro pouco avançou. Contudo, com o início da década de 70 e nos anos 1980, surgem no Brasil grandes movimentos populares. Souza (2000, p. 23-31) ressalta que a “Extensão Universitária no Brasil deve sua origem ao Movimento Estudantil”, que inaugurou “como um instrumento de utilização das potencialidades da universidade de modo tal que aproximasse instituição de ensino e sociedade”. Logo, percebe-se que a participação dos estudantes teve um papel crucial no processo de construção da Extensão Universitária no Brasil.

Por sua vez, em 1987 no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) definiu-se que “a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade (Forproex, 1987, p. 01). Acredita-se que as discussões debatidas no fórum foram de extrema importância para formulações de concepções acerca da extensão universitária, influenciando diretamente na redação da carta constitucional de 1988.

Nesse sentido, em 1988, advém no ordenamento jurídico brasileiro a Constituição Federal de 1988 (CF88), carta constitucional que se encontra em vigência atualmente. No que diz respeito a extensão universitária, a CF88 definiu expressamente em seu artigo 207 a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Nestes termos: “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). Dessa forma, a legislação constitucional definiu expressamente que o “tripe” educacional ensino, pesquisa e extensão deveria ser administrado pelas Instituições de Ensino sob o prisma da indissociabilidade, fazendo com que a aplicação das práticas pedagógicas ocorra de forma igualitária, desmistificando as concepções anteriores que tratavam a extensão universitária como um elemento facultativo no processo de formação discente.

Seguindo a cronologia histórica, em 1996 a Lei nº 9.394 conhecida como Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reafirma o posicionamento da Constituição Federal de 1988 e define a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Além disso, a referida legislação definiu que a educação superior tinha

como finalidade: “VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (Brasil, 1996). Assim, o legislador compreendeu que a extensão universitária deveria ocorrer de forma em que o conhecimento oriundo dos bancos da faculdade ultrapassasse os muros da Universidade e chegasse até a comunidade, ocorrendo assim a difusão da produção cultural, científica e tecnológica.

Outro momento de extrema importância para a composição da cronologia histórica acerca da extensão universitária no estado brasileiro trata-se da lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 conhecida como o Plano Nacional de Educação (2001). Tal legislação adotou pela primeira vez o conceito de curricularizar a aplicação da extensão universitária na matriz curricular, como é possível observar na transcrição a seguir:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (PNE, 2001, p. 36).

Dessa forma, o PNE de 2001 definiu como meta a creditação de 10% da matriz curricular dos cursos deveriam conter atividades de extensão universitária até o ano de 2004, contudo tal objetivo não foi alcançado. Por sua vez a lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE para os anos 2014 a 2024 reafirmou o intuito de curricularizar a extensão universitária, definindo expressamente as seguintes estratégias:

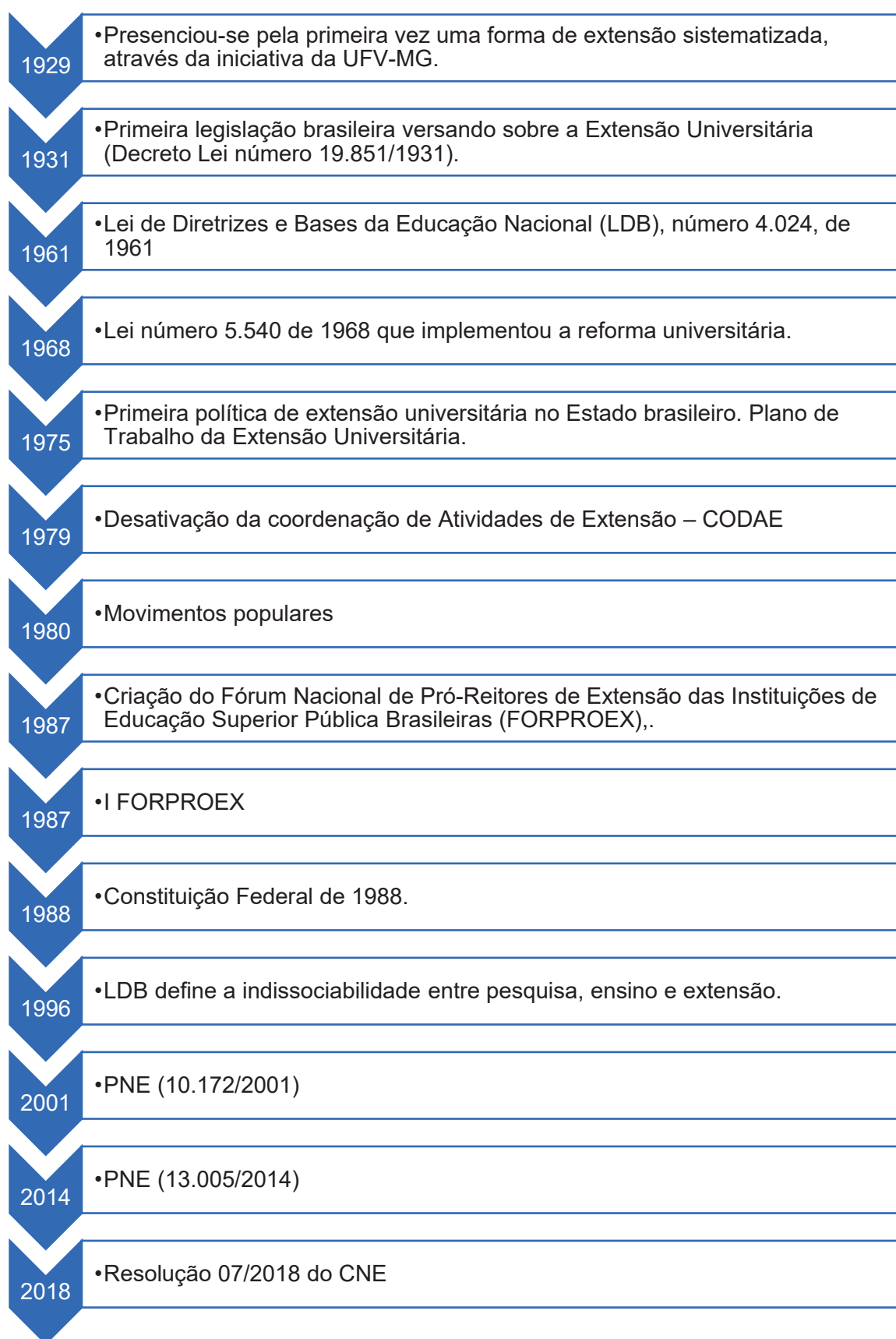
12.7. assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

13.7. fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão; (PNE, 2014).

Assim, percebe-se que o PNE de 2014 assegura a creditação da extensão universitária e, como resultado, no ano de 2018 advém a resolução 07 de 2018 do

CNE que definiu expressamente a curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação no Estado brasileiro. Para melhor compreender o processo evolutivo da extensão universitária no Estado brasileiro, desenvolve-se a figura 01.

**Figura 01:** Evolução histórica da extensão no Brasil



**Fonte:** Elaboração do autor, 2024.

Em síntese percebe-se que o processo de evolução histórica da extensão universitária no Brasil foi constituído por um conjunto de momentos e marcos legais que influenciaram diretamente para o advento da Resolução 07 de 2018 do Conselho Nacional de Justiça que definiu a curricularização da extensão universitária.

### **2.3 A curricularização da extensão universitária**

Ao falar-se sobre a curricularização da extensão universitária, acredita-se que essa corresponde ao processo de evolução do “tripé” educacional ensino, pesquisa e extensão, passando a existir uma relação entre a obtenção de conhecimento adquirido em sala de aula com a aplicação práticas de tais conhecimentos em contextos e demandas reais que permeiam na sociedade, proporcionando uma interlocução dialógica entre a Instituição de Ensino Superior e a sociedade (Imperatore, 2019). Entende-se que a base dessa discussão tem fundamento no artigo 207 da Constituição Federal (CF) de 1988, que trata do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (Brasil, 1988). Nesse viés, Humberto Tommasino e Nicolás Rodríguez (2011, p 25.) asseveram que:

Um dos desafios centrais é que a extensão integre o ato educativo de todas as práticas dos estudantes e docentes da Universidade. Esse desafio exige um processo de institucionalização da extensão em relação a outras funções da universidade, que se opõe a curricularizar apenas certas experiências particulares e dar créditos.

No Brasil, a ideia de curricularização da extensão se mostrou ainda mais pertinente com a promulgação da Lei nº 9394/96 que trata sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, uma vez que esta definiu em seu artigo 43 que uma das finalidades da Educação Superior seria a difusão da produção cultural, científica e tecnológica (Brasil, 1996). Posteriormente, este entendimento foi reforçado através da estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em junho de 2014 (Brasil, 2014), que estabeleceu que ao menos 10% das matrizes dos cursos de graduação deveriam ser destinadas a programas e

projetos de extensão. A estratégia em questão buscava primordialmente a democratização do acesso ao ensino superior com qualidade, em especial aos jovens entre 18 e 24 anos (Brasil, 2014).

Essa qualidade, por seu turno, é entendida como uma qualidade social, que acarreta a garantia da “promoção e a atualização histórico-cultural em termos de formação sólida, crítica, criativa, ética e solidária”, que deve ser paralela às “políticas públicas de inclusão, de resgate social e do mundo do trabalho” (Conae, 2010, p.48). Nessa perspectiva, extrai-se que a configuração da Extensão Universitária como um instrumento que viabilize mudanças positivas no cenário social e, também, na própria universidade, tem andado em sintonia com a conquista de outros direitos e de defesa da democracia.

É importante mencionar ainda que, no cenário atual, verifica-se a existência de duas vertentes de Extensão Universitária, isto é, duas possibilidades de extensão, sendo que uma delas é assistencialista e a outra, não assistencialista. Na vertente assistencialista, a Extensão Universitária é tida como uma transmissão vertical do conhecimento, de modo que aqueles que possuem maior conhecimento técnico transmitem para os que menos possuem. Assim, corroborando com essa perspectiva, Adolfo Ignacio Calderón (2003, p. 37) assevera o seguinte:

Aqueles que têm, estendem àqueles que não têm. Essa visão assistencialista traz, pois, uma direção unilateral, ou seja, é uma espécie de rua de mão única: só vai da universidade para a sociedade. A mão inversa não é considerada. É interpretada como não existente. Logo, não se leva em conta o que vem da sociedade para a universidade, seja em termos da sociedade sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a universidade elabora. Entretanto, para que a universidade se insira efetivamente na sociedade de modo consequente, é necessário que se considere a mão inversa também.

Compreende-se da transcrição acima que na vertente assistencialista a sociedade não produz frutos que agreguem à universidade, entretanto, é notório que para que a universidade tenha espaço no seio social, a mão inversa também há de ser considerada, tendo em vista o fato de que a troca de saberes acadêmicos e populares faz com que haja a democratização do conhecimento acadêmico.

Por outro lado, a vertente não assistencialista prevê uma substituição do conceito de extensão pelo conceito de comunicação, Gadotti (2017) tendo como

base a concepção defendida por Freire (1983), explica que se baseia em uma teoria do conhecimento fundamentada em uma “antropologia que considera todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo” (Gadotti, 2017, p. 02). Nos últimos anos, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX tem buscado cada vez mais superar o perfil assistencialista da Extensão Universitária, de modo a concretizar experiências que estejam direcionadas à solução de conflitos reais de pessoas, empresas e do poder público, ou seja, de toda a sociedade em que estamos inseridos (Oliveira Neto *et al*, 2015).

Dessa forma, acredita-se que por meio de ações de extensão seria possível o desenvolvimento de uma multiplicidade de ações no interior das Instituições de Ensino Superior e na sociedade, de modo que os estudantes estariam diante de um processo que possibilite o desenvolvimento de uma consciência cidadã (Santos Júnior, 2013). Assim, a importância da extensão acadêmica advém da ligação da universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, buscando sempre respeitar o compromisso social que a Instituição de Ensino possui (Nogueira, 2000).

Adiante, frisa-se que a extensão universitária, em conjunto com a pesquisa e com o ensino, serve de base para as instituições de ensino superior. Esses três pilares sustentam o princípio da integralidade acadêmica, que só produzirão resultados significativos se forem trabalhados de modo articulado (Magalhães et al, 2023, p. 11), por essa razão, a extensão universitária não pode ser entendida como uma função isolada dentre as demais funções da universidade ou como uma atividade de segundo plano. Entende-se, que a educação precisa ser integral e não fragmentada (Antunes; Padilhas, 2010), ela deve ser incluída como uma parte indissociável do ensino e da pesquisa em práticas pedagógicas de todos os currículos e este tem sido um dos grandes desafios para a Curricularização da Extensão, ou seja, a superação de uma prática fragmentada de pequenos projetos por uma prática integral e integradora (Gadotti, 2017).

Cabe ainda destacar que isso é mais do que cumprir o dispositivo constitucional de assegurar a consolidação do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, é, também, a elaboração e disseminação de saberes

e valores através de uma construção complexa envolvendo os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo em seu processo de formação profissional, com um compromisso com o bem-estar de todos e com a busca de resolução dos problemas que se fazem presentes em todo o contexto da sociedade (Miguel, 2023).

Nesse sentido, entende-se que somente uma Instituição de Ensino Superior que esteja engajada com as peculiaridades de seu entorno será capaz de conduzir os seus estudantes à uma nova postura perante os estigmas presentes em sua comunidade, para que assim possam contribuir para a sua transformação (Miguel, 2023). Sobre o assunto Thiollent (2002, p. 68) assevera que:

De um lado, com a interdisciplinaridade entre grupos universitários e, por outro, o diálogo intercultural com os membros externos, cria-se, durante a realização do projeto, um espaço de interlocução onde se produzem efeitos de compreensão, de 'tradução', de facilitação no plano da comunicação. De acordo com a visão crítica, todos os participantes aprendem em contato com os outros, aceitando relativizar seus pontos de vista.

Diante disso, a curricularização da Extensão Universitária se caracteriza como um dos principais instrumentos viabilizadores da inter-relação entre Universidade e Sociedade, que acarreta a democratização do conhecimento acadêmico e sua reprodução por uma troca de saberes com a comunidade, ou seja, é "uma forma de 'interação dialógica', que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública" (FORPROEX, 2012, p. 17). Dessa forma, há entre a Universidade e a Sociedade uma interdependência que se caracteriza pela necessidade da oferta de ensino de qualidade, pesquisas relevantes e promoção de uma extensão universitária com o seu devido impacto social, que se verifica através da comunicação de diferentes programas, projetos e redes temáticas de socialização de conhecimento (Miguel, 2023).

A Curricularização de ações extensionistas se justificam, portanto, no anseio pela disseminação de conhecimento, através do desenvolvimento da formação profissional, do enriquecimento curricular e, também, da maior conexão entre a academia e a sociedade (Miguel, 2023). Essa curricularização, certamente, obrigará a universidade a repensar suas concepções e práticas de extensão, o currículo e a própria universidade (Gadotti, 2017).

Dalmolin e Vieira (2015) já ressaltavam a necessidade de discutir acerca da curricularização da extensão universitária no sentido de sua aplicação no currículo:

Ser discutida e problematizada, buscando compreendê-la em um contexto mais amplo e complexo do que a simples inserção curricular, seja como disciplina, projeto ou programa. Ao contrário, sua inclusão dentro do formato curricular tradicional poderá ser (mais) um apêndice a satisfazer algumas das nossas ansiedades e/ou as exigências legais, correndo o risco de destruir a potência que a extensão pode ter em si, pela sua dialogicidade, porosidade e capacidade de captar distintas realidades. A curricularização é a compreensão do currículo como um fenômeno que não pode ser distanciado das demandas da realidade (III JEM, 2014). Por isso, deve transversalizar os currículos, com a singularidade de cada curso e de cada contexto histórico-social, buscando metodologias mais criativas e dinâmicas, que resultem, especialmente, em salas de aulas abertas e atrativas para os estudantes (Dalmolin; Vieira, 2015, p. 7193).

Diante disso, é de suma importância a avaliação da sociedade sobre o papel da universidade, “bem como o impacto da ação extensionista na transformação da própria universidade, que pode ser percebido pelo estabelecimento de novas linhas de pesquisa, criação de estágios e novos cursos” (FORPROEX, 2001). Nesse sentido, percebe-se que a Curricularização da Extensão Universitária pode diminuir o espaço existente entre a universidade e os principais estigmas da sociedade, principalmente no que diz respeito à Educação Básica, do desenvolvimento do país e de âmbito público. Por essa razão, o currículo não deve ser visto como um elemento à parte do processo de educação, mas sim como algo que caminhe ao lado desse processo de aprendizagem. Portanto, a troca de experiências e a reflexão sobre o que já foi realizado, é algo importante para que não se repitam os antigos cenários (Gadotti, 2017, p. 11).

Além disso, ressalta-se que a adoção de políticas de ações afirmativas pelas Universidades brasileiras apresenta impactos significativos na sociedade, tendo em vista que a universidade popular deve ter como eixo principal a cidadania. Já o mercado, por sua vez, mostra-se cada vez menos inclusivo, dando ênfase ao preconceito, hierarquização e exclusão, estando nitidamente atrasado em relação ao demais países desenvolvidos (Gadotti, 2017).

É importante destacar que para a concretização da Curricularização da Extensão Universitária, é imprescindível “a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e no interesse da maioria da sociedade.” (Dalmolin; Vieira, 2015, p.

7196). Percebe-se através disso que os projetos de extensão devem ser construídos em diálogo entre, professor, alunos e sociedade, com a atuação em movimentos sociais em diversas áreas, como o esporte, cultura ou lazer, devendo ser priorizadas as necessidades de “emprego, renda, moradia, empoderamento das comunidades, tecnologias sociais, saúde, transporte, justiça e segurança, nutrição”, dentre outras que visem a qualidade de vida da população (Gadotti, 2017, p. 13). Para isso, os alunos devem frequentar os ambientes onde se encontram as classes mais empobrecidas. Devem comparecer as regiões periféricas, prisões, hospitais, ou seja, em todo o entorno da Instituição de Ensino para que assim possam compreender os estigmas da população em que a Instituição se encontra inserida (Gadotti, 2017).

#### **2.4. Curricularização da extensão enquanto matriz e currículo**

Na antiguidade o termo currículo era utilizado para designar a carreira que um indivíduo percorria, através das suas atividades desempenhadas e que eram acumuladas desde o posto de vereador até o cargo de cônsul, determinando a ordenação e representando todo o seu percurso. No idioma pátrio, por sua vez, tal conceito possui dois sentidos, sendo definidos da seguinte forma por Sacristán (2013, p. 16):

Por um lado, refere-se ao percurso ou decorrer da vida profissional e a seus êxitos (ou seja, é aquilo a que denominamos de *curriculum vitae*, expressão utilizada pela primeira vez por Cícero). Por outro lado, o currículo também tem o sentido de constituir a carreira do estudante e, de maneira mais concreta, os conteúdos deste percurso, sobretudo sua organização, aquilo que o aluno deverá aprender e superar e em que ordem deverá fazê-lo.

Neste sentido, entende-se que o currículo pode significar tanto os êxitos da vida profissional como os conteúdos da carreira do estudante, sendo constituído assim a matriz curricular.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Acredita-se importante destacar que o termo “matriz curricular” é um termo que vem a surgir substituindo o termo “grade curricular”. Entende-se que o termo grade curricular passa a referenciar uma proposta pedagógica de natureza imutável, rígida. Por outro lado, a expressão matriz curricular passa a ser composta por elementos educacionais que estão em contante mutação, assim possuindo um caráter flexível.

Ressalta-se que o conceito de currículo e a sua aplicação são elementos de estudos desde o início das discussões sobre a universalidade do ensino, estando vinculada à ideia de seleção de conteúdos e de ordem na classificação dos conhecimentos que serão cobertos pela ação de ensinar, se constituindo, basicamente, do território demarcado e regrado dos conteúdos, ou seja, as diretrizes impostas pela escola aos docentes para o desenvolvimento de sua prática laboral (Sacristán, 2013).

Nas palavras de Goodson (2010, p. 31), entende-se que “o currículo é definido como um curso a ser seguido, ou, mais especificamente, apresentado”. Dessa forma, por meio deste mecanismo seria possível assegurar a uniformidade e a padronização do conteúdo lecionado.

Diante disso, percebe-se que o currículo é constituído pelos conteúdos que se fazem presentes durante a carreira do estudante e que deverão ser aprendidos por eles, estabelecendo ainda os tipos de exigência para os graus sucessivos, o tempo escolar e proporcionando elementos que integram aquilo que compreendemos como desenvolvimento tanto no âmbito escolar como também na Universidade, ou seja, o currículo desempenha uma dupla função, a organizadora e a unificadora (Sacristán, 2013).

É válido salientar que o currículo foi adquirindo, no decorrer do tempo, inúmeros sentidos, em diferentes épocas e lugares e, por essa razão, é comum que se verifiquem conflitos em relação ao seu conceito na literatura especializada. A respeito disso, Bianchi (2001, p. 38) assevera que:

Uma noção adequada de currículo tem na base a constatação da intencionalidade como característica fundamental da educação. Por isso, uma das dimensões básicas do currículo reside exatamente nas intenções educativas que se quer concretizar, nos resultados que se quer alcançar com o desenvolvimento de atividades educativas ou, pelo menos, na definição da direção em que se pretende progredir.

Nessa perspectiva, Marques e Stallivieri (2024) apontam que o currículo é concebido como uma práxis, não sendo um objeto estático, logo, analisá-lo de forma concreta significa considerá-lo no contexto em que se apresenta, ressaltando ainda que as teorias que versam sobre o currículo tendem a incitar a reflexão a respeito de assuntos relacionados a signos de realidade abordados por teóricos do tema.

Outro aspecto importante a respeito do currículo é que, desde a sua origem, ele tem representado uma criação capaz de regular o conteúdo e as práticas que são desenvolvidas em processos de ensino e aprendizagem, em outras palavras, o currículo tem sido um mecanismo capaz de estruturar os níveis de ensino, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, tendo em vista o fato de que ele impõe regras e normas que, conseqüentemente, impõem uma ordem determinante (Sacristán, 2013). Tal potencialidade é evidenciada, principalmente, através seu modo de uso, do funcionamento da instituição, na organização do tempo, na especialização dos docentes e na organização da aprendizagem (Sacristán, 2013).

Nesse sentido, José Gimeno Sacristán pontua ainda que (2013, p. 20):

Esse poder regulador ocorre – é exercido – sobre uma série de aspectos estruturantes, os quais, juntos com os efeitos que são provocados por outros elementos e agentes, impõem suas determinações sobre os elementos estrutura dos: elementos ou aspectos que são afetados. Por exemplo, sobre quando se aprende, que conhecimentos são adquiridos, que atividades são possíveis, que processos são desencadeados e que valor eles têm, o ritmo e a seqüência da progressão do ensino e da aprendizagem, o modelo de indivíduo normal etc.

Diante disso, ficam os conteúdos subordinados a essa série de determinações, sendo adquirida através dela a sua verdadeira importância nas situações concretas.

Assim, resta claro que é de suma importância o conhecimento das mais variadas vertentes teóricas que versam sobre currículo, considerando que isso possibilita a ampliação de saberes de seus desdobramentos para a prática pedagógica, promovendo assim o diálogo entre diferentes tendências (Silva, 2006).

Nessa esteira, voltando as atenções para a extensão universitária, entende-se que visando tornar o currículo mais dinâmico e conectado às demandas da sociedade, deu-se o surgimento da extensão universitária. Assim, Pimentel (2015) salienta que a extensão se traduz no conjunto de interações da universidade com a sociedade, visando interligar o conhecimento técnico obtido através de pesquisas à realidade prática que se verifica na sociedade, aproximando assim a universidade da comunidade externa.

Sua incorporação ao currículo se deu através da curricularização da extensão, que surgiu com o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº

10.172, de 9 de janeiro de 2001 e tinha como pretensão aumentar em 30% a quantidade de alunos entre 18 a 24 anos matriculados no Ensino Superior e, a partir da referida Diretriz, foram estabelecidos Objetivos e Metas (Morhy, 2004).

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que está em vigor atualmente, traz em sua Meta número 12 o seguinte:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (Brasil, 2014).

Para que isso seja alcançado, foram traçadas algumas estratégias e dentre elas está a Estratégia 12.7 que tem por objetivo “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014).

Observa-se ainda que o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 não traz com clareza informações sobre o que de fato é considerado extensão universitária, a forma como as instituições podem trabalhar para que ela seja bem desenvolvida e nem quais atividades são caracterizadas como extensão, além de outras questões, o que certamente abre margem para diversas interpretações (Marques; Stallivieri, 2024).

Todavia, com a criação da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 esse cenário foi se modificando, considerando que esta representou o Marco Regulatório da Extensão, trazendo conceitos claros sobre a prática extensionista, sendo responsável por apontar “as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país” (Brasil, 2018).

Diante disso, logo em seu artigo 3º a Resolução nº 7 nos traz que:

Art. 3.º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da

produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

O artigo deixa claro que um dos objetivos da extensão universitária é promover a interação e o diálogo da instituição de ensino superior com os mais variados setores da sociedade, que será concretizado através da criação e da aplicação dos conhecimentos adquiridos, em conjunto com o ensino e a pesquisa.

Logo em seguida o artigo 4º reforça a estratégia 12.7, da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) ao mencionar que: “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (Brasil, 2018).

Já o artigo 5º da Resolução estrutura a concepção e a prática das diretrizes da extensão na educação superior:

- I –a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II –a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III –a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV –a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (Brasil, 2018).

Diante disso, observa-se o quão importante foi a Resolução nº 7 para a consolidação da extensão no Brasil, tratando esta como parte essencial do currículo para a formação acadêmica, representando ainda um avanço nas políticas públicas de extensão.

### 3 PERCUSO METODOLÓGICO

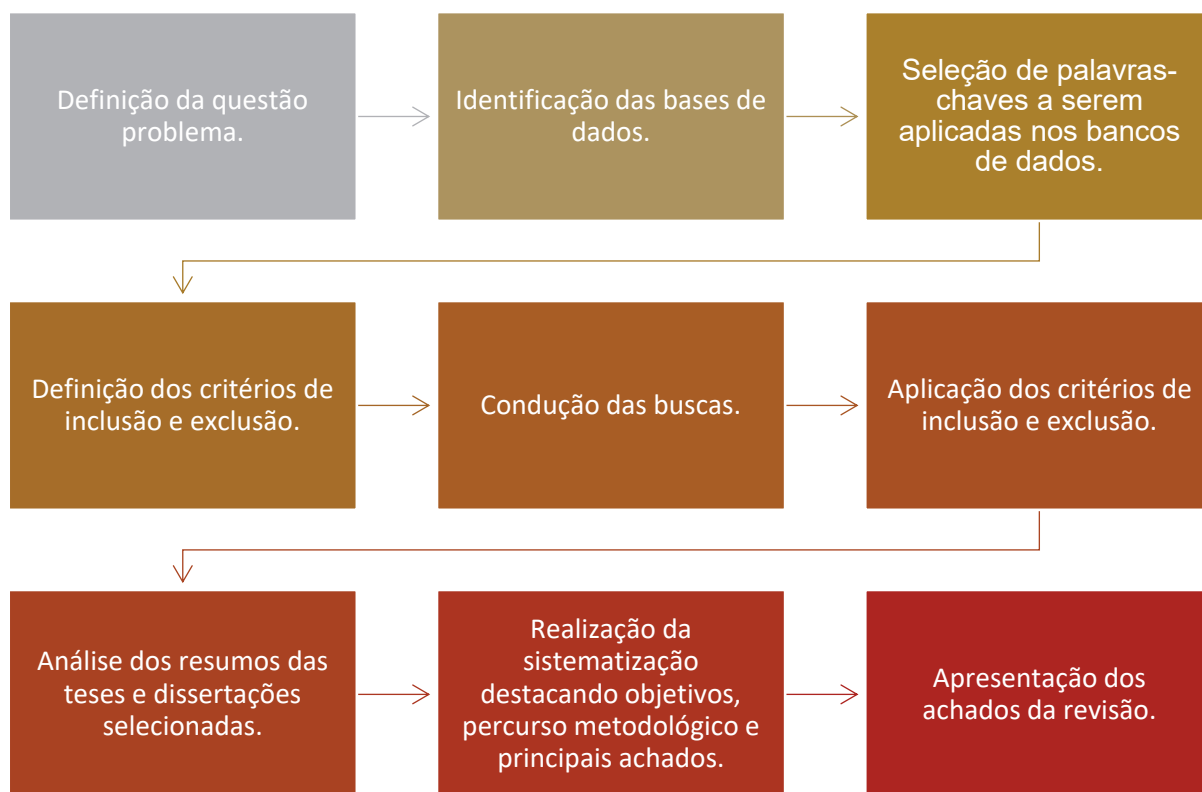
Buscando alcançar os objetivos expostos na presente dissertação, optou-se pelo desenvolvimento da revisão sistemática de literatura (RSL) objetivando compreender o atual estado de conhecimento das pesquisas acerca da curricularização da extensão universitária. Desta forma, Sampaio e Mancini (2007, p. 84) explicam acerca da revisão sistemática que:

Uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada terapêutica/ intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras.

Dessa forma, entende-se da transcrição anterior que no âmbito da pesquisa científica a revisão sistemática é um instrumento de coleta de dados de extrema relevância por possibilitar a integralização de informações acerca de um objeto de estudo específico, neste caso a curricularização da extensão universitária. Neste sentido, acredita-se que a realização de uma revisão sistemática da literatura eficiente deve seguir procedimentos técnicos, sendo estabelecido um percurso metodológico (Sampaio; Mancini, 2007). Dessa forma, a revisão sistemática adotada nesta pesquisa seguiu o protocolo desenvolvido por Sampaio e Mancini (2007) que é constituído por um conjunto de etapas que permitem identificar informações acerca do objeto de pesquisa.

Deste modo, as etapas do protocolo podem ser observadas a seguir no Quadro 01.

**Quadro 01** – Etapas da revisão sistemática.



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Sampaio e Mancini (2007).

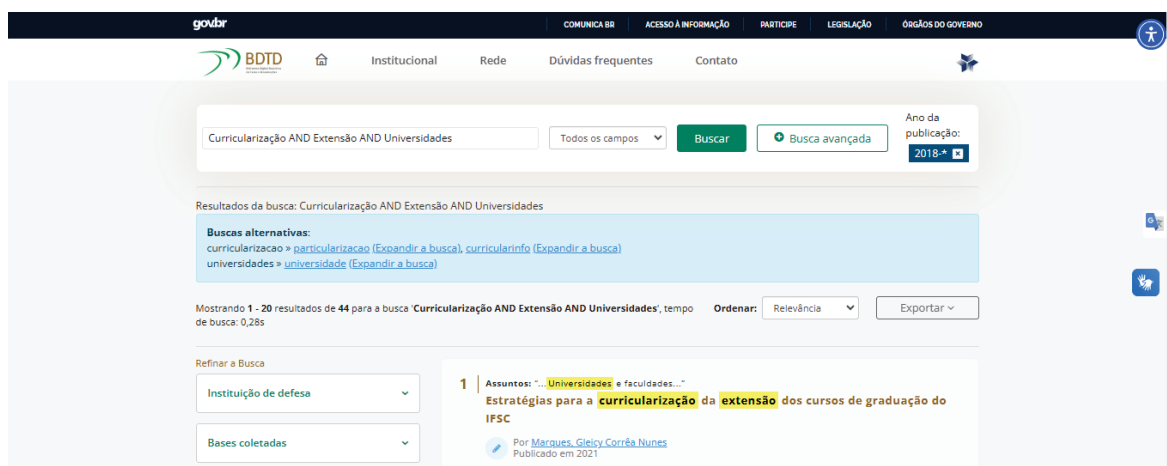
Seguindo o procedimento exposto anteriormente, definiu a seguinte questão problema para a revisão sistemática: “Quais foram os principais desafios para o processo de implantação da curricularização da extensão Universitária?”. Por perguntas complementares formulou-se as seguintes: a) “Quais foram os pontos positivos no processo de implantação da curricularização da extensão por Universidades?” b) “Como ocorreu o processo de institucionalização para a implantação da curricularização da extensão por Universidades?”.

Para a realização das buscas optou-se pela utilização do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Dessa forma, realizou-se buscas na BDTD onde optou-se por limitar as pesquisas entre os anos de 2018 e 2025 em virtude da data de promulgação da resolução 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação – CNE que definiu a curricularização da extensão universitária.

Além disso, acredita-se ser imprescindível salientar que o presente estudo tem como objeto de estudo as Universidades, buscando assim limitar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior – IES. Contudo, a resolução 07 de 2018 do CNE abrange todas as Instituições de Ensino, isto é, as Faculdades, os Centros Universitários e as Universidades.

Neste sentido, aplicou-se a seguinte busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD com os descritores: “Curricularização AND Extensão AND Universidades” com 44 resultados, como é possível observar na figura 02. Cabe salientar que a seleção deste descritor ocorreu pelo fato de as palavras-chaves estarem presentes tanto na pergunta primária como, também, nas perguntas secundárias, assim excluindo das buscas as Faculdades e Centros Universitários.

**Figura 02:** Levantamento com o descritor “Curricularização, Extensão e Universidades”.



Fonte: O autor, 2025.

Assim sendo, definiu-se os seguintes critérios de inclusão e exclusão das teses e dissertações:

**Quadro 02:** critérios de inclusão e exclusão.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
CI.1	O material tem como objeto de estudos a curricularização da extensão universitária.
CI.2	O material tem como objeto de estudos a curricularização da extensão em Universidades.
CE.1	O material não condiz com o objeto de estudos desta pesquisa.
CE.2	O material não se encontra em domínio público.

CE.3	Material duplicado.
CE.4	O objeto de estudo não diz respeito a aplicação da curricularização da extensão por Universidades.

### 3.1 Coleta de Dados

Ao falar-se sobre os procedimentos, técnicas e sistemas utilizados para a coleta dos dados a literatura explica que:

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 10)

Dessa forma, entende-se que o processo de coleta e análise pode levar em consideração a sistematização dos dados, uma vez que “é o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceito chave” (Cellard *et al*, 2008, p. 303). Neste sentido, os dados extraídos da revisão sistemática da literatura foram sistematizados buscando assim responder as questões problemas da RSL, permitindo assim a análise dos resumos, títulos, objetivos, percursos metodológicos e principais achados das pesquisas selecionadas no processo de inclusão e exclusão.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão exposto anteriormente foi possível identificar um total de 13 (quatorze) pesquisas relacionadas com o objeto de estudo, sendo 04 (quatro) teses de Doutorados e 09 (nove) dissertações de mestrados. Para uma melhor compreensão, tais pesquisas foram compiladas no quadro 03 exposto a seguir.

**Quadro 03** - Lista de Título das Dissertações e Processo de Inclusão.

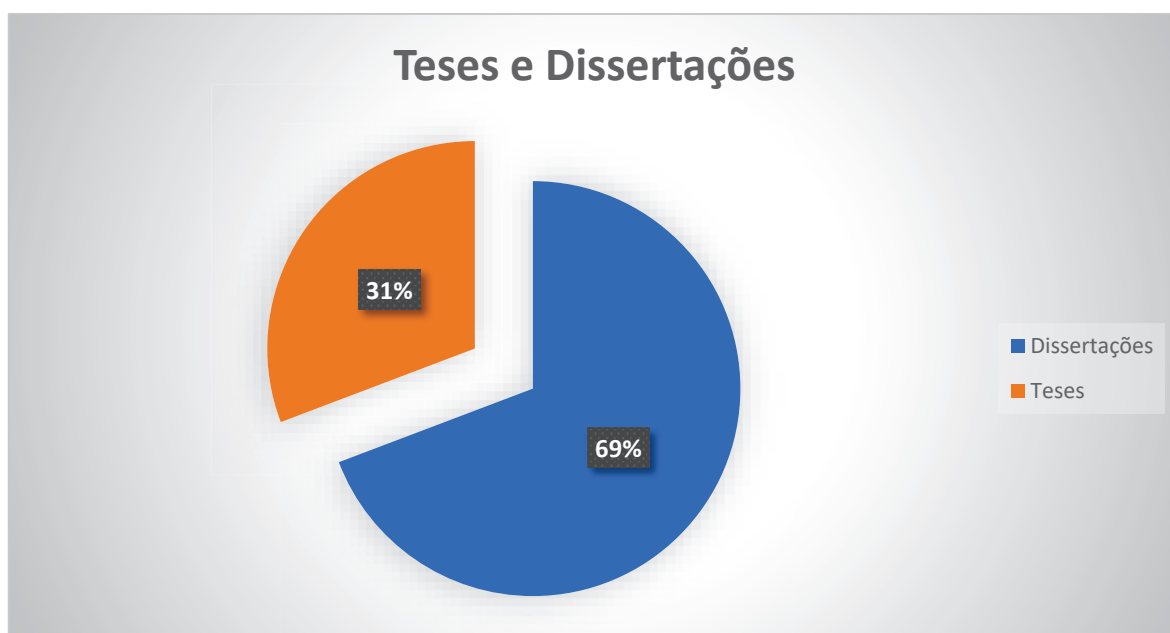
Ord.	Sigla	Título	Ano	Autor	IES	Categoria	Motivo(s) da inclusão
1	D1	Estratégias para a curricularização da extensão dos cursos	2021	Marques, Gleicy Corrêa	Universidade Federal De Santa	Dissertação	Cl.1; Cl.2

		de graduação do IFSC		Nunes	Catarina		
2	T1	A governança interativa e a curricularização da extensão na UFRPE	2022	Farias, Ana Paula da Silva	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Tese	Cl.1; Cl.2
3	D2	A "fronteira" universidade escola: um estudo a partir da curricularização da Extensão na formação de professores	2019	Santos, Paloma Marques dos	Universidade Federal de São Paulo	Dissertação	Cl.1; Cl.2
4	T2	O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciandos na UEPG.	2022	Zanon, Denise Puglia	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Tese	Cl.1; Cl.2
5	D3	CEUNES e extensão universitária: perspectivas e desafios da curricularização	2020	Oliveira, Carla Viviane Novais Cabral De.	Universidade Federal do Espírito Santo	Dissertação	Cl.1; Cl.2
6	T4	Experiência extensionista: uma análise do sentido e do aprendizado do ensino universitário	2022	Gomes, Pedro Alexandre	Universidade do Norte do Paraná	Tese	Cl.1; Cl.2
7	D5	Gestão estratégica das atividades de extensão no curso de Engenharia Civil/UFJF: sugestões para a implantação das ações extensionistas no curso	2021	Jeronym, Lázaro Lopes	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Dissertação	Cl.1; Cl.2
8	D6	Reflexões e Práticas Estudantis na Extensão em Letras na UEPG: possibilidades para a curricularização	2023	Patricio, Clara do Prado	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Dissertação	Cl.1; Cl.2
9	D7	Movimentos da curricularização da extensão na formação docente no curso de licenciatura em física da UFSC	2022	Corrêa, Tuane Martins	Universidade Federal de Santa Catarina	Dissertação	Cl.1; Cl.2
10	D8	Extensão universitária no cenário brasileiro contemporâneo: análise de planos de desenvolvimento institucional das	2023	Weber, Gabriela Rozek	Universidade Federal De Santa Maria	Dissertação	Cl.1;Cl.2.

		universidades federais de Santa Maria, Rio Grande do Sul e Pelotas					
11	T5	Estratégia política de inserção curricular da extensão nos cursos de graduação: a construção nacional do texto e a implementação na UFRJ	2021	Wociechoski, Darlan Pez	Universidade De São Paulo	Tese	Cl.1;Cl.2.
12	D9	A extensão na Universidade Federal de Uberlândia: uma proposta avaliativa	2021	Ferreira, Denilson Carrijo	Universidade Federal de Uberlândia	Dissertação	Cl.1;Cl.2
13	D10	Um estudo avaliativo sobre a implantação da curricularização em Instituições de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC)	2019	Souza, Margarida Maria de	Universidade Federal do Ceará	Dissertação	Cl.1;Cl.2

Nessa perspectiva, após a triagem dos processos de seleção das Teses e Dissertações, é possível compreender através do gráfico 01 a porcentagem do quantitativo de teses e dissertações selecionadas.

**Gráfico 01:** Porcentagem de Teses e Dissertações selecionadas.



Fonte: O autor, 2025.

Por sua vez, para uma melhor compreensão acerca da distribuição das produções das Teses e Dissertações por ano produzidas após a publicação da resolução 07 de 2018 do CNE, elaborou-se o quadro 04.

**Quadro 04** – Distribuição no tempo das Dissertações que abordam a curricularização da extensão universitária.

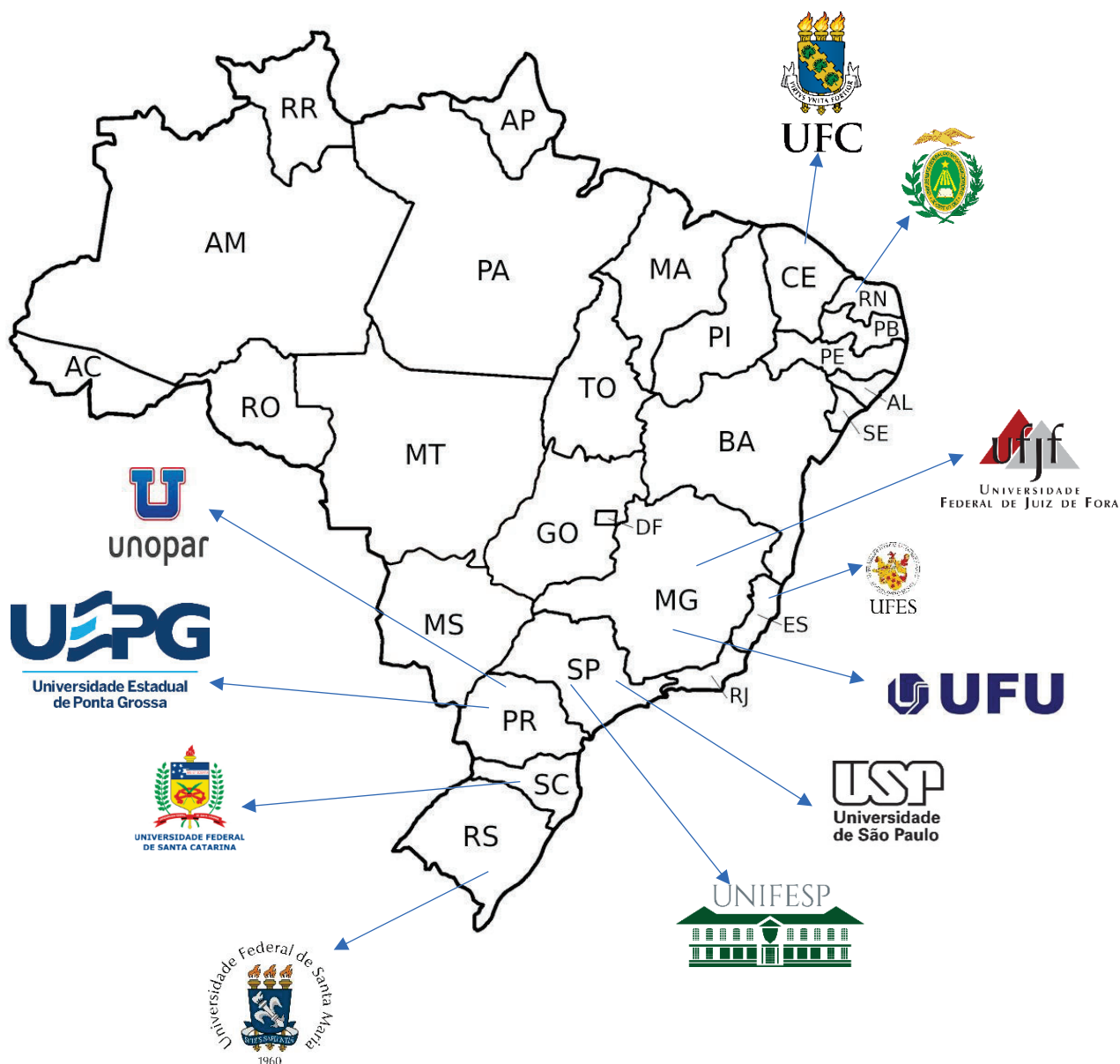
<b>Ano</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Teses</b>	<b>Total</b>
2018	0	0	<b>0</b>
2019	2	0	<b>2</b>
2020	1	0	<b>1</b>
2021	3	1	<b>4</b>
2022	1	3	<b>4</b>
2023	2	0	<b>2</b>
2024	0	0	<b>0</b>
TOTAL	09	4	<b>13</b>

Elaboração do autor.

No respectivo quadro é possível observar a predominância de dissertações de mestrado em relação as teses de Doutorado. Além disso, observa-se que mesmo com sete anos da publicação da resolução 07 de 2018 do CNE, ainda assim são poucos estudos relacionados com o objeto de pesquisa desta dissertação.

Buscando caracterizar o cenário geográfico das publicações no Estado brasileiro, desenvolveu-se o mapeamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* que desenvolveram as pesquisas expostas anteriormente, como é possível observar na figura 03.

**Figura 03:** Localização das Universidades com pesquisas que abordam a curricularização da extensão universitária.



Percebe-se ao analisar a figura 03 que grande maioria das pesquisas relacionadas a curricularização da extensão universitária ocorreram nas regiões sul e sudeste do Brasil. Dessa forma, sendo possível constar que no estado do Rio Grande do Sul foi realizado 01 (um) estudo, no estado de Santa Catarina 02 (dois) estudos, no estado do Paraná 03 (três) estudos, no estado do Ceará 01 (um), no estado de São Paulo 02 (dois) estudos, no estado de Minas Gerais 02 (dois) estudos, no estado do Espírito Santo 01 (um) estudo e, por último, no estado do Rio Grande do Norte 01 (um) estudo.

Ainda assim, desenvolveu-se o quadro 05 com o intuito de evidenciar se as pesquisas foram realizadas no âmbito de programas privados ou públicos, como pode-se observar a seguir.

**Quadro 05** – Pesquisas que abordam a curricularização da extensão universitária

Instituição	Titulação		Categoria	
	M	D	Privada	Pública
Universidade Federal De Santa Catarina	2			x
Universidade Estadual de Ponta Grossa	1	1		x
Universidade Federal de São Paulo	1			x
Universidade de São Paulo		1		x
Universidade Federal de Uberlândia	1			x
Universidade Federal De Santa Maria	1			x
Universidade Federal de Juiz de Fora	1			x
Universidade Federal do Rio Grande do Norte		1		x
Universidade Federal do Espírito Santo	1			x
Universidade do Norte do Paraná		1	x	
Universidade Federal do Ceará	1			x
<b>Total</b>	9	4		

Portanto, através da análise do quadro 06 é possível identificar que predominantemente as pesquisas foram realizadas em Instituições de Ensino Superior públicas, contendo apenas um único trabalho em IES privada. Acredita-se que isso demonstra a necessidade de mais pesquisas sobre o objeto de estudo no setor privado.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para o desenvolvimento da apresentação dos achados da pesquisa, dividiu-se este capítulo em três seções, relacionando-as com as perguntas da RSL. Cabe salientar que através do processo de Revisão Sistemática da Literatura – RSL, as seções deste capítulo foram constituídas tendo como base os estudos selecionados no processo de inclusão e exclusão.

Dessa forma, optou-se pelo desenvolvimento dos quadros 06, 07 e 08 identificando os estudos utilizados como referencial teórico na busca de responder as questões de pesquisa definidas.

### 4.1. Como ocorreu o processo de institucionalização para a implantação da curricularização da extensão por Universidades?

Buscando compreender a resposta para o questionamento “Como ocorreu o processo de institucionalização para a implantação da curricularização da extensão por Universidades?”, desenvolveu-se uma análise das Teses e Dissertações apresentadas no quadro 06.

**Quadro 06** – Teses e Dissertações selecionados acerca das práticas utilizadas para a implantação da curricularização da extensão por universidades.

Ord.	Sigla	Título	Ano	Autor	IES	Categoria
1	D1	Estratégias para a curricularização da extensão dos cursos de graduação do IFSC	2021	Marques, Gleicy Corrêa Nunes	Universidade Federal De Santa Catarina	Dissertação
7	D5	Gestão estratégica das atividades de extensão no curso de Engenharia Civil/UFJF: sugestões para a implantação das ações extensionistas no curso	2021	Jeronymo, Lázaro Lopes	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Dissertação
11	T5	Estratégia política de inserção curricular da extensão nos cursos de graduação: a construção nacional do texto e a implementação na UFRJ	2021	Wociechoski, Darlan Pez	Universidade De São Paulo	Tese
13	D10	Um estudo avaliativo sobre a implantação da curricularização em	2019	Souza, Margarida Maria de	Universidade Federal do Ceará	Dissertação

		Instituições de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC)				
--	--	--	--	--	--	--

O primeiro estudo analisado trata-se da dissertação de Gleicy Corrêa Nunes Marques (2021), intitulado “Estratégias para a curricularização da extensão dos cursos de graduação do IFSC”, desenvolvido no âmbito no Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

Enquanto práticas desenvolvidas, Marques (2021) explica que os coordenadores enfrentaram dificuldades no processo de curricularização da extensão na UFSC, como pode-se observar na transcrição a seguir:

Nós tivemos algumas dificuldades para operacionalizar a documentação dos projetos [...] a documentação via sistema era bastante burocrática [...], às vezes a gente tinha uma negativa da Pró Reitoria de Extensão, informando que por alguma característica, o projeto não classificava como extensão, então a gente teve alguma dificuldade nesse aspecto, de formalizar o projeto de modo que o aluno tenha o direito às horas de extensão (Marques, 2021, p. 100).

Dessa forma, em conformidade com a autora, uma das dificuldades no que diz respeito a aplicação prática da extensão na referida universidade tratou-se do processo de definição de quais práticas poderiam ser consideradas extensão universitária, ocorrendo uma convergência de informações no que diz respeito a Pro-reitoria e as coordenações dos cursos.

Além disso, o processo de efetivação prática de aplicação da extensão universitária no currículo na UFSC sofreu dificuldades relacionadas a carga horária, como pode-se observar a seguir:

Ficava abaixo de 10% das unidades curriculares. E aí a gente precisava realizar outros projetos, para vincular esses alunos que ainda precisariam de mais carga horária para completar a sua carga horária total. É uma dificuldade em operacionalizar isso tudo [...]. Então foi bem difícil no início a gente compreender, porque nós temos uma cultura de extensão como uma atividade extra e não compoendo a carga horária do currículo do curso [...]. E a gente tinha também uma preocupação em perder o controle desta extensão. Não sei o que cada professor vai inventar, porque não tinha como escrever em casa o plano de ensino, o que o professor da unidade iria fazer. Então nós

optamos por fazer essa curricularização da extensão como unidade curricular mesmo (Marques, 2021, p. 101).

Entende-se assim que a prática da institucionalização da extensão na matriz na UFSC iniciou-se com uma certa dificuldade na visão dos coordenadores dos cursos, como foi possível observar na transcrição acima. Uma vez que a extensão era vista como uma atividade extra e não como uma aplicação no currículo. Buscando superar essa dificuldade e que de fato ocorresse a prática da curricularização da extensão universitária, a Pro-reitoria de extensão desenvolveu cursos de capacitação com as coordenações de cursos e com os respectivos professores das disciplinas, explicando como deveria ser desenvolvido os projetos das disciplinas e sua aplicação (Marques, 2021).

Por sua vez, o segundo estudo analisado trata-se da dissertação de autoria de Lázaro Lopes Jeronymo (2021), intitulado como “Gestão estratégica das atividades de extensão no curso de Engenharia Civil/UFJF: sugestões para a implantação das ações extensionistas no curso”, desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

No que diz respeito as práticas para o processo de implementação da extensão universitária na UFJF, Jeronymo (2021) explica que esse a Reitoria da Instituição delegou a responsabilidade para o desenvolvimento dos projetos para os colegiados e os NDEs dos cursos, como pode-se observar a seguir:

Definem as diretrizes institucionais gerais para a curricularização da extensão, orientando sobre possíveis caminhos que os cursos podem seguir, mas não entram nas suas especificidades. Logo, deixa-se a cargo dos Colegiados e dos NDEs de cada curso definir as melhores estratégias a seguir e realizar as adequações necessárias ao cumprimento das diretrizes gerais (Jeronymo, 2021, p. 146)

Nesse sentido, em um primeiro momento foi definido uma normatização interna geral no âmbito da UFJF, tendo como base a resolução 07 de 2018 de CNE e, em seguida, os colégios e os NDEs dos cursos ficaram responsável pela fiscalização e organização de como deveria ocorrer a curricularização no âmbito dos seus respectivos cursos.

Contudo, cabe salientar que a forma que foi definido que deveria ocorrer o processo de curricularização não foi aceito de forma unanime. Em conformidade com um dos coordenadores entrevistados por Jeronymo (2021):

O curso sozinho não consegue. Tem que ter a Pró-Reitoria ajudando, tem que ter as duas Pró-Reitorias orientando [Prograd e Proex], tem que ter diretrizes básicas, e temos que ter a possibilidade de receber diretrizes e nós adaptamos as diretrizes. E não pode vir [de forma] rígida. A minuta tem que ser discutida para criar uma resolução interna da UFJF de forma que tenha flexibilidade para cada curso, cada grupo ter essa liberdade que a gente tem baseado nos NDEs, na área do conhecimento, nas competências profissionais (Jeronymo, 2021, p. 159).

Dessa forma, entende-se da transcrição anterior que na percepção dos coordenadores a aplicação da curricularização da extensão deve respeitar as características próprias de cada um dos cursos, possibilitando assim uma certa autonomia administrativa da coordenação do curso.

Nesse sentido, levantou-se a discussão de como deveria ser feito a aplicação na matriz curricular dos cursos de graduação. Nessa perspectiva, Jeronymo (2021) explica que:

A ideia da curricularização da extensão é essa, não é acrescentar carga horária, é transformar as atividades que já existem, que possam ter um caráter extensionista ou retirar carga horária para acrescentar atividade extensionista. Hoje o curso de Engenharia Civil tem quase 3.800 horas. Se a gente for fazer uma continha e dividir isso por 0,9 para ter os 10% de extensão, a gente vai para mais de 4.000 horas. Então acrescentar carga horária não é a ideia da curricularização da extensão (Jeronymo, 2021, p. 162)

Dessa forma, Jeronymo explica que o processo de implementação da extensão na matriz curricular do curso de engenharia civil ocorreu por meio de uma reformulação da matriz curricular do curso, adaptando-o para manter 10% de sua carga horária destinada a extensão universitária. Nesse sentido, o curso de graduação manteve a carga horária que já era prevista no PCC do curso, não havendo um acréscimo em virtude da extensão (Jeronymo, 2021).

Seguindo adiante, o terceiro estudo selecionado para responder o questionamento desta seção trata-se da Tese de Doutorado intitulada “Estratégia política de inserção curricular da extensão nos cursos de graduação: a construção nacional do texto e a implementação na UFRJ”, de autoria de Darlan Pez

Wociechoski (2021) desenvolvida no Programa de Educação da Universidade de São Paulo – USP.

Enquanto práticas desenvolvidas, Wociechoski (2021) explica que o processo de aplicação da curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro ocorreu da seguinte forma:

Os dados também apontam que quase dois terços dos 166 cursos (65%) fizeram a inserção da extensão na carga horária optativa, enquanto que 43 cursos colocaram a atividade como obrigatória nos currículos. Visto de outra forma, ao considerarmos os alunos matriculados em habilitações presenciais (50.369) – excluindo-se, assim, aqueles que estão em Área Básica de Ingresso (ABI) ou congêneres e em ensino a distância –, encontramos 6% dos estudantes sem extensão no currículo de seu curso (2.937), 35% deles sendo obrigados a cumpri-la (17.637) e 59,2% com a extensão na carga horária optativa (29.794) (Wociechoski, 2021, p. 132).

Dessa forma, é possível identificar que o processo não ocorreu de forma uniforme, isto é, sendo aplicado de maneira igualitária para todos os cursos da UFRJ. Assim, percebe-se que os cursos adotaram sistemas diversos, alguns utilizando disciplinas optativas e outros adotando como disciplinas obrigatórias.

Nesse sentido, no processo de implementação da curricularização da extensão na UFRJ, Wociechoski (2021) explica que o Núcleo Gestor da Universidade optou por não aumentar a carga horária das matrizes curriculares dos cursos de graduação, prevalecendo a carga horária das matrizes que estavam em vigência. Contudo, fazia-se necessário uma reformulação da oferta, fazendo com que fosse destinado na matriz curricular 10% para as atividades de extensão (Wociechoski, 2021).

Por sua vez, o quarto estudo analisado trata-se da pesquisa desenvolvida por Margarida Maria de Souza (2019), intitulada como “Um estudo avaliativo sobre a implantação da curricularização em Instituições de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC)”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - POLEDUC da Universidade Federal do Ceará.

Ao falar-se sobre o processo de curricularização da extensão no âmbito da UFC, Souza (2019) explica que esse processo dividiu-se em algumas etapas. Em um primeiro momento, ocorreu a criação de um grupo de trabalho para definir

inicialmente o Projeto Piloto de como deveria ocorrer a aplicação da curricularização nos cursos de graduação (Souza, 2019).

Assim, Souza (2019) explica que o processo de curricularização da extensão universitária na UFC seguiu três modalidades, como pode-se observar na transcrição a seguir:

A proposta de Curricularização na UFC apresenta três modalidades: unidade curricular, por meio da destinação de CH de extensão nas disciplinas ou ambas, além da flexibilidade do aluno apresentar comprovação de participação em atividades de extensão em outras IES. Percebeu-se, também, que alguns cursos optaram por uma modalidade. Em relação à participação em ações como cursos e eventos, as horas serão agregadas ao currículo, desde que o aluno componha a equipe executora da ação. (Souza, 2019, p. 88)

Dessa forma, o processo de curricularização da extensão na UFC não seguiu um processo único, assim como nas demais instituições abordadas anteriormente. Cada curso de graduação seguiu definiu como seria o processo de implementação da extensão na matriz curricular (Souza, 2019).

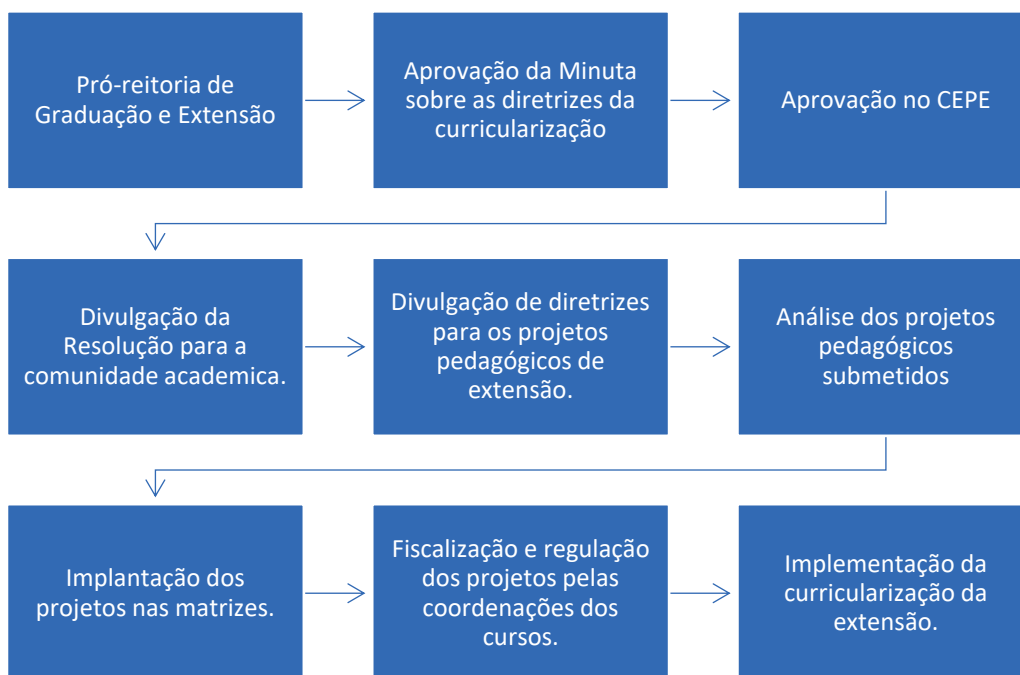
No que diz respeito a aplicação da curricularização da extensão, Souza (2019) menciona a relação entre a curricularização e a tríade ensino, pesquisa e extensão. Nestes termos:

Entretanto, é pertinente fazer uma análise dos motivos elencados que tardaram o processo de Curricularização na UFC. Sabe-se que, da tríade, a extensão universitária, geralmente, é a última a ser implantada no sistema universitário, e as razões embora não pontuadas, mas são possíveis de deduções. Crê-se que a sua implantação ocorre conforme a necessidade de expandir a pesquisa ou prestar serviços à comunidade. O que talvez justificasse a lentidão ao processo, determinando que a extensão universitária só agora conseguiu o seu espaço na formação acadêmica na UFC. Entretanto, esse princípio não se aplica a realidade da IES, visto que a extensão universitária, na UFC, foi criada com a Graduação em 31 de janeiro de 1969, entretanto, é perceptível que, mesmo com todos os avanços da extensão universitária nas IES, a sua simetria tende a ocorrer com a Curricularização. (Souza, 2019, p. 96)

Entende-se da reflexão desenvolvida pelo autor que a curricularização da extensão surge como uma possibilidade da valorização da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Souza (2019) ainda explica que por vezes, no âmbito da Universidade Federal do Ceará ocorria a supervalorização de um dos eixos da tríade em detrimento de outros. Deste modo, com o advento de curricular a extensão, surgiu a necessidade de tratar ambos os elementos que constituem o tripe educacional do ensino superior de forma igual (Souza, 2019).

Dessa forma, segundo Souza (2019), o processo de implementação da curricularização da extensão pode ser compreendido através da seguinte cronologia.

**Figura 04:** Curricularização da extensão na UFC.



**Fonte:** Souza, 2019.  
Elaboração nossa.

Souza (2019) ainda explica que através dos encontros realizados entre pró-reitores, coordenadores e professores, não foram identificadas rejeições sobre o processo de curricularização, mas sim, uma grande preocupação relacionada a carga horária, como pode-se observar: “no âmbito da UFC, não se observou ações de rejeição, mas uma excessiva preocupação com a carga horária que, para alguns docentes, é insatisfatória para a proposta curricular” (Souza, 2019, p. 98). Assim, Souza (2019) percebeu durante a realização de sua pesquisa que as práticas para a curricularização da extensão no âmbito da UFC possuem pontos positivos e dificuldades, assim como nas demais instituições de ensino.

Por meio das teses e dissertações analisadas nesta seção, entende-se que o processo de institucionalização da curricularização da extensão universitária não ocorreu de forma uniforme para todas as Universidades. Assim sendo, contactou-se

que cada IES aderiu um procedimento próprio de como deveria ser a aplicação da extensão no currículo dos cursos.

#### 4.2. Quais foram os pontos positivos no processo de implantação da curricularização da extensão por Universidades?

Buscando compreender a resposta para o questionamento “quais foram os pontos positivos no processo de implantação da Dissertações da extensão universitária?”, desenvolveu-se uma análise das Teses e Dissertações apresentadas no quadro 07.

**Quadro 07** – Teses e Dissertações selecionados acerca dos pontos positivos no processo de curricularização da extensão.

Ord.	Sigla	Título	Ano	Autor	IES	Categoria
1	D1	Estratégias para a curricularização da extensão dos cursos de graduação do IFSC	2021	Marques, Gleicy Corrêa Nunes	Universidade Federal De Santa Catarina	Dissertação
4	T2	O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciandos na UEPG.	2022	Zanon, Denise Puglia	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Tese
6	T4	Experiência extensionista: uma análise do sentido e do aprendizado do ensino universitário	2022	GOMES, Pedro Alexandre	Universidade do Norte do Paraná	Tese
8	D6	Reflexões e Práticas Estudantis na Extensão em Letras na UEPG: possibilidades para a curricularização	2023	Patricio, Clara do Prado	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Dissertação
9	D7	Movimentos da curricularização da extensão na formação docente no curso de licenciatura em física da UFSC	2022	Corrêa, Tuane Martins	Universidade Federal de Santa Catarina	Dissertação
12	D9	A extensão na Universidade Federal de Uberlândia: uma proposta avaliativa	2021	Ferreira, Denilson Carrijo	Universidade Federal de Uberlândia	Dissertação

O primeiro estudo analisado trata-se da Tese do autor Pedro Alexandre Gomes (2022) intitulada como “Experiência extensionista: uma análise do sentido e do aprendizado do ensino universitário”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias, na Instituição de Ensino Universidade Norte do Paraná - UNOPAR.

Conforme entendimento de Gomes (2022, p. 97) a extensão é responsável por desenvolver um elo entre o conhecimento científico e as ações relativas à natureza, de tal modo que essa relação contribui para a criação de uma formação mais humanizada, atenuando o tecnicismo e aproximando o aluno das realidades ignoradas ou despercebidas pelo ambiente universitário.

Dessa forma, a extensão universitária é, portanto, um mecanismo capaz de ampliar a visão do acadêmico através da obtenção de saberes populares, considerando que esta é uma modalidade de aprendizado que pode ser sentida em detalhes que não podem ser encontrados dentro da sala de aula (Gomes, 2022).

Denise Puglia Zanon (2022) em sua tese intitulada “O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciandos na UEPG” desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa: Ensino e Aprendizagem, destaca ainda que esse mecanismo de aprendizagem contribui para a lógica capitalista, compensando a ausência de políticas sociais, reforçando através disso o seu caráter assistencialista (Zanon, 2022). Assim, a partir desse ponto de vista, entende-se que a extensão universitária é capaz de promover o processo de aprendizagem mútua entre os acadêmicos e a sociedade e, conseqüentemente, construir uma população mais humanizada, através da disseminação de saberes em relação aos direitos e deveres de cada um enquanto cidadão.

A extensão universitária proporciona uma experiência individualizada que vai além dos muros da universidade e da proteção que esta oferece, é uma experiência orgânica, viva, realizada no espaço comunitário e que, de certa forma, valoriza a exploração desse ambiente externo, permitindo assim a obtenção de uma visão ampliada do aprendizado no ensino superior (Gomes, 2022).

Gomes (2022) assevera ainda que através da análise de um possível desenvolvimento de habilidades e competências formativas, pesquisas apontam que as atividades extensionistas contribuem diretamente para o aperfeiçoamento

de competências consideradas como essenciais o exercício profissional, seja qual for a área de formação do indivíduo. Dessa forma, acredita-se que esse desenvolvimento se dá, principalmente, através da execução de tarefas, metodologias e conteúdos explorados no ambiente externo, lugar onde as habilidades sociais são testadas e construídas, como por exemplo o autodesenvolvimento, a empatia, a ética e os valores sociais.

No mesmo sentido, Gleicy Corrêa Nunes Marques (2021) em sua dissertação intitulada “Estratégias para a curricularização da extensão dos cursos de graduação do IFSC” desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, salienta que a extensão universitária evidencia a realidade social, alterando assim a maneira de se obter o aprendizado, uma vez que o ensino, fonte de produção e de conhecimento, é beneficiado através do diálogo com a sociedade, criando relações entre pessoas e parceiros, empresas e outros.

Assim, é possível compreender que as atividades extensionistas estão baseadas na comunicação humana e, também, na instrução e reflexão, que são viabilizados através de experiências práticas e coletivas, na escuta e no diálogo entre os indivíduos envolvidos naquele contexto (Marques, 2021).

Diante dessa perspectiva, salienta-se que a extensão universitária é um mecanismo de múltiplos impactos que, através da combinação da interação humana e a exploração de informações presentes no exterior da universidade faz com que emergja um sentido humano baseado na inserção de valores críticos que se faz presentes nas mais variadas áreas de graduação (Gomes, 2022, p. 135-136).

Isso faz com que o indivíduo entenda melhor o seu futuro ambiente profissional, para que este consiga obter uma melhor experiência através da vivência dos problemas reais da sociedade, considerando que os alunos realizam atividades intelectuais que lhes ajudam a extrair e analisar a perspectiva do outro em relação a determinado assunto.

Assim, Corrêa explica os pontos positivos do desenvolvimento dos projetos de extensão por meio das diretrizes da curricularização (2022, p. 274):

Além do mais, o olhar para projetos de extensão com características experimentais é capaz de levantar nos participantes as contribuições da inserção destas atividades, seja na interação social, fortalecendo o trabalho em grupo, seja no fornecimento de uma explicação adicional ou complementar à teórica. No caso desta última consideração, podemos lembrar da importância de elementos diversificados para a explicação de conceitos com elevado grau de abstração.

É por essa razão que deve existir a aproximação entre os saberes obtidos no interior da universidade (teoria) e os conhecimentos adquiridos no seio da sociedade (prática) pois, conforme leciona o autor Paulo Freire (1987, p. 22): “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunde com a prática”. Ou seja, a curricularização da extensão universitária corresponde uma ação deliberada constituída pela realidade e que pode contribuir para a transformação social.

Partindo desse pressuposto, observa-se que a curricularização da extensão universitária atenua o distanciamento existente entre os saberes científicos e populares, uma vez que proporciona o envolvimento entre entendimentos científicos, políticos, sociais e culturais. Entretanto, é válido ressaltar que a extensão não é destinada à solução dos problemas que se verificam no seio social, mas sim à criação de meios que possam contribuir para uma possível resolução de forma coletiva, com a universidade e a comunidade, por meio da combinação entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, Tuane Martins Corrêa (2022) em sua dissertação intitulada “Movimentos da curricularização da extensão na formação docente no curso de Licenciatura em Física da UFSC”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, explica que:

Observamos uma relação compulsória da extensão e da comunidade para realizar uma espécie de “validação” dos conhecimentos produzidos no espaço universitário, de modo que haverá contribuição mútua desde que a instituição seja capaz de atender às demandas externas (Corrêa, 2022, p. 140).

Assim sendo, entende-se que a extensão pode ser um elemento fundamental no processo de contribuição social da Universidade, tendo como um

grande aliado a curricularização da extensão. No mesmo sentido, na pesquisa realizada por Marques (2021) em relação aos impactos que a curricularização da extensão poderia trazer para a formação do discente, através da perspectiva dos coordenadores de uma instituição, constatou-se que estes veem, em sua maioria, pontos positivos nesse mecanismo. Nesse sentido, um dos coordenadores ressalta que a curricularização da extensão é:

a oportunidade de organizar evento, de trabalhar projetos de forma interdisciplinar, de trabalhar em equipe, aumentar o networking porque ele está em contato com setores da sociedade. Isto é bastante importante, pois ele se desenvolve também no aspecto de comunicação oral, comunicação escrita na hora de elaborar os relatórios que eles precisam concluir, ou documentações de aplicações. Os projetos que envolvem a área técnica especificamente trabalhar em equipe também é bastante importante porque eles estão simulando uma vivência do ambiente de trabalho da vida profissional (CC01) (Marques, 2021).

De fato, entende-se que a extensão universitária pode desenvolver vários aspectos na formação do aluno em razão do contato que este possui com os mais variados setores externos ao ambiente universitário, os deixando ainda mais próximos da realidade da atual sociedade, fato esse que contribui diretamente para o seu desenvolvimento profissional.

Assim sendo, através da aplicação de projetos interdisciplinares ocorre a aplicação de uma prática pedagógica capaz de correlacionar estudos que tratam nas mais diversas áreas do conhecimento, permitindo assim o desenvolvimento pessoal e profissional do discente (Marques, 2021).

No mesmo sentido, outros dois coordenadores da instituição investigada por Marques (2021) asseveram que:

as atividades de extensão são uma forma a mais que os alunos têm de estar em contato com a comunidade, verem aplicações práticas daquilo que vem sendo imposto, e de algum modo, ainda uma outra questão positiva, seria a de eles sentirem que de alguma forma podem contribuir com a comunidade. Eu acho que isso é um dos benefícios bem interessantes da curricularização das atividades de extensão do curso. Os alunos sentirem que aquilo que eles aprendem pode fazer a diferença na comunidade. (CC08)

[...] a extensão independente da temática, independente da atividade exige uma autonomia do estudante, o aluno percebe o que ele tem que fazer. Isso ajuda na personalidade deles, a construir esse cidadão lá fora [...]. Eu vi isso tanto nessas atividades que eles desenvolveram aqui quanto nos outros que foram fazer outras atividades lá fora [...]. Isso deu

autonomia para eles, eles vão aplicar independente da temática, na vida [...] (CC09) (Marques, 2021, p. 25).

A partir da perspectiva de ambos os coordenadores, é notório que extensão universitária por meio das diretrizes da curricularização é capaz de fazer com que o discente vivencie, ainda na graduação, um pouco do que presenciará profissionalmente no mercado de trabalho e com a própria comunidade após a sua formação, enriquecendo mais ainda o seu processo de aprendizagem. Além disso, com a curricularização da extensão universitária serão obtidas experiências de uma forma bem mais dinâmica que, certamente, não seriam possíveis dentro do ambiente universitário ou que, talvez, não instigassem tanto o interesse e participação do aluno.

Também é válido lembrar que a universidade carrega marcas elitistas e capitalistas que acabam tendo esse paradigma rompido na medida em que há a maior interação entre esta e as áreas mais vulneráveis da sociedade, surgem propostas e possibilidades de uma mudança teórica, epistemológica e prática desse cenário (Patricio, 2023, p. 115). Isso pois, na experiência de extensão cria-se o conhecimento extracurricular nutrido pela comunicação entre pessoas, incluindo aspectos verbais, digitais, escritos e visuais, algo que, conseqüentemente, constrói um tipo de conhecimento mais humanizado (Gomes, 2022, p. 139).

Assim, o processo de aprendizagem extensionista por meio da curricularização da extensão deve ser construído pela lógica reflexiva e não somente pelo viés da ação social, sendo um mecanismo capaz de atender demandas educacionais, técnicas e humanas, desenvolvendo assim habilidades individuais e colaborativas (Gomes, 2022, p. 139).

Acredita-se ainda que o processo de curricularização da extensão universitária pode contribuir para a reflexão coletiva acerca das concepções sobre extensão universitária, de currículo, de universidade, resultando assim na melhoria da estrutura curricular, além do mais, a curricularização é capaz de transformar as relações entre ensino, pesquisa e extensão, que compõem um conjunto entre si (Zanon, 2022, p. 220).

No mesmo sentido, Gomes (2022, p. 73) explica que:

Existe um elo que une a instituição e suas intenções regimentais. A curricularização da extensão envolve a estratégica pedagógica-administrativa, professores, técnicos, alunos, representantes da comunidade que se dedicam a solucionar um problema escolhido, ao mesmo tempo que a partir dessa escolha cria-se um sentido de aprendizado amplo, ou ainda uma pedagogia de integração que vincule esses atores sociais, projetos e acadêmicos em pleno movimento.

Extraí-se da citação anterior que o processo de curricularização envolve o desenvolvimento de uma prática pedagógica capaz de descentralizar o processo de ensino-aprendizado, valorizando assim os processos pedagógicos que possuem caráter interdisciplinar.

Conforme entendimento de Denise Zanon (2022, p. 164) o processo de curricularização da extensão a consolida por si só como um ponto positivo para o processo educacional brasileiro, uma vez que trata-se de uma das funções da universidade, desencadeando-se discussões e estudos a respeito do caráter interdisciplinar na formação de graduando e licenciandos.

Ainda assim, Zanon (2022) afirma ainda que para que essa curricularização tenha efetividade serão necessárias uma reflexão e definição sobre o currículo, de modo a considerar a contribuição da extensão na formação dos estudantes e da sociedade, evidenciando ainda o conceito de práxis em reflexões sobre a extensão universitária.

Diante disso, é necessária a implementação da curricularização da extensão que vá além da prescrição legal, como uma resposta para qualificar o próprio espaço acadêmico em que todos os discentes participarão de forma ativa visando fortalecer a presença da universidade na comunidade (Deus, 2020).

Isso pois a curricularização está relacionada a uma significativa mudança no ensino de graduação, considerando que “A Extensão Universitária tem, por princípio, o pressuposto de que as gestões das instituições estejam abertas ao diálogo, à experimentação à construção de novos cenários” (Deus, 2020, p. 88). Portanto, acredita-se mediante a análise dos materiais estudados que um dos principais pontos positivos no que diz respeito a curricularização da extensão universitária trata-se da evolução do sistema educacional, de fato efetivando o prisma da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão universitária, permitindo com que o aluno tenha a possibilidade de contribuir diretamente para com as mazelas da sociedade que este encontra-se inserindo, ocorrendo assim

uma troca de vivências, experiências em todos os envolvidos nesse processo educacional.

#### 4.3. Quais foram os principais desafios para o processo de implantação da curricularização da extensão Universitária?

Buscando compreender a resposta para o questionamento “Quais foram os principais desafios para o processo de implantação da curricularização da extensão Universitária?”, desenvolveu-se uma análise das Teses e Dissertações apresentadas no quadro 08.

**Quadro 08** – Teses e Dissertações selecionados acerca dos desafios para a implantação da curricularização da extensão por universidades.

Ord.	Sigla	Título	Ano	Autor	IES	Categoria
2	T1	A governança interativa e a curricularização da extensão na UFRPE	2022	Farias, Ana Paula da Silva	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Tese
3	D2	A “fronteira” universidade escola: um estudo a partir da curricularização da Extensão na formação de professores	2019	Santos, Paloma Marques dos	Universidade Federal de São Paulo	Dissertação
6	T4	Experiência extensionista: uma análise do sentido e do aprendizado do ensino universitário	2022	GOMES, Pedro Alexandre	Universidade do Norte do Paraná	Tese
10	D8	Extensão universitária no cenário brasileiro contemporâneo: análise de planos de desenvolvimento institucional das universidades federais de Santa Maria, Rio Grande do Sul e Pelotas	2023	Weber, Gabriela Rozek	Universidade Federal De Santa Maria	Dissertação
11	T5	Estratégia política de inserção curricular da extensão nos cursos de graduação: a construção nacional do texto e a	2021	Wociechoski, Darlan Pez	Universidade De São Paulo	Tese

		implementação na UFRJ				
--	--	-----------------------	--	--	--	--

É notório que a extensão apresenta desafios em relação ao desenvolvimento de suas atividades no instante em que estas devem ser postas em prática. Segundo Imperatore e Pedde (2015), tais dificuldades vão além dos problemas relacionados à falta de precisão teórico-metodológica, elas se devem também à desvalorização das práticas extensionistas e do próprio currículo, da precariedade na formação do corpo docente e do escasso financiamento público para programas e projetos de Extensão. Aliado a esses impasses, se faz necessário mencionar ainda a desproporção na distribuição do tempo entre a docência, a Pesquisa e a Extensão por parte do corpo docente (Rodrigues, 2006).

Tauchen, Devechi e Trevisan (2014), em um estudo sobre a interação escola e universidade, constataram que há a predominância da teoria nas salas de aula ao invés da prática, demonstrando assim a inexistência de domínio da sala de aula e de postura dos professores em processo de formação, reforçando, portanto, a ideia de que existe uma precariedade na formação do corpo docente. Além disso, percebe-se que a teoria tem andado desvinculada da relação com o cotidiano, sendo negligenciado o fato de que a prática é carregada de saberes.

Nesse sentido, Pedro Alexandre Gomes (2022, p. 21) salienta que:

Um dos desafios contemporâneos do ensino superior é, portanto, sair das práticas isoladas para um verdadeiro laboratório social, via extensão, fortalecendo o pragmatismo de sua tríade. Um modelo sistêmico, orgânico que garanta uma formação humanizada e equilibrada com contextos externos do ambiente universitário. Em outras palavras, busca-se a formação de um sujeito preparado para contribuir profissionalmente com sua comunidade, ao mesmo tempo que constrói uma concepção das complexidades sociais e de seus dilemas estruturais. A expectativa é uma formação integrada, com a sobreposição de dimensões pedagógicas e práticas. Uma ideia que supõe a ruptura do modelo tecnicista, resgatando uma proposta social de aprender onde as pessoas estão. Nesse sentido, a curricularização da extensão representa uma proposta de resgatar a formação profissional humana e social.

Sob essa perspectiva, a Política Nacional de Extensão Universitária afirma que para que a Extensão ganhe força e supere essas dificuldades é necessário um processo de financiamento, pois isso possibilitaria um aumento de recursos, estabilidade e rigidez para o desenvolvimento dessas ações (FORPROEX, 2012).

Alguns autores salientam ainda que outra dificuldade que tem se apresentado no processo de curricularização da Extensão está no cumprimento e no entendimento da real função social da universidade, o que vem sendo apontado como encargo da Extensão (Jezine, 2004; Moreira, 2014; Ribeiro, 2011).

Nesse sentido, Fernandes et al. (2012) apontam que para que haja a compreensão sobre o compromisso social da universidade, se faz necessário que a própria sociedade reconheça a Instituição, considerando que, embora a universidade esteja fisicamente próxima da comunidade, ainda falta um pouco mais de interação e comunicação entre elas, dificultando assim o processo de construção de conhecimento. Segundo Pedro Gomes (2022, p. 136) “o desafio é deixar os modelos de aprendizagem tradicionais para um modelo em que se discuta a autonomia do aprendiz e a liberdade do aprendiz em seu território”.

Como resultado disso, é comum que a desinformação permeie no seio social e muitas pessoas desconheçam as formas de ingresso em uma universidade, o funcionamento de programas como o ENEM, dentre outras questões, como ficou demonstrado em um projeto de Extensão sobre saúde, desenvolvido pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com os alunos das escolas de educação básica da região metropolitana de Belo Horizonte. Veja-se:

[...] demonstrou durante algumas intervenções do grupo que os alunos participantes desconheciam as formas de ingresso na UFMG, desconheciam o funcionamento do ENEM em relação ao acesso ao ensino superior e, também, tinham dúvidas sobre os custos de se estudar na instituição. Durante o decorrer do programa de Extensão CAP, foi observada a falta de informação dos alunos da educação básica em relação ao ensino superior e suas formas de ingresso. Muitos não conheciam a universidade, tampouco sua localização, mesmo aqueles que moravam em região próxima ao prédio onde as visitas foram realizadas. Questões sobre o valor da mensalidade da Unifesp também foram levantadas repetidas vezes, demonstrando que eles também não sabiam que ali era uma universidade pública e gratuita (Santos, 2019, p. 66).

Diante de tal situação, se faz necessário que sejam abordadas atividades de divulgação científica e, também, exercícios relacionados à própria universidade, assim como foi realizado pelo programa CAP, no qual fora apresentado, em todo início de visita um vídeo institucional intitulado “A Unifesp é para você!”, que

apresentava informações sucintas a respeito da instituição, tais como seus campus, corpo docente e programas de auxílio permanência e de bolsas (Santos, 2019, p. 66).

Outra questão que merece ser discutida diz respeito à dificuldade na relação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa de maneira indissociável, um princípio que se encontra presente na definição de Extensão estabelecida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades (FORPROEX, 2012) e na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207 (Brasil, 1988).

Acontece que nem todas as universidades propiciam relações entre pesquisa, ensino e extensão que incorpore todas essas facetas, sendo a Extensão vista apenas como uma atividade extracurricular, devendo esse cenário ser revertido através do reconhecimento de que a Extensão é um componente fundamental para a formação acadêmica.

Nesse sentido, o FORPROEX (2012, p. 26) afirma que “muitas vezes, verifica-se a normatização da creditação curricular em ações de Extensão, com restrições em sua implementação.”. Além disso, foram identificadas dificuldades na inclusão de ações extensionistas nos planos de ascensão funcional e nos critérios de pontuação em concursos.

Essas dificuldades na implantação da curricularização se devem, em parte, à presença de posicionamentos elitistas em alguns dos cargos da estrutura das Universidades e, com tais impasses dificultando a incorporação da extensão como filosofia norteadora da rotina universitária, o Fórum atentou para o risco de não cumprimento da missão da Universidade Pública e manutenção dos padrões elitistas, padrões esses que resultaram no que temos hoje, uma universidade desconexa da realidade e ineficiente na criação de alternativas e tecnologias (Weber, 2023).

Gabriela Weber (2023) assevera ainda que existem setores que interpretam a educação como um mero instrumento para a manutenção da ordem social vigente, ou ainda como uma mercadoria dentro do sistema capitalista de produção e, como resultado disso, se verifica um embate e disputa sobre o papel da universidade na sociedade, dificultando ainda mais o processo de prática e institucionalização da extensão.

Imperatore, Pedde e Imperatore (2015) apontam ainda como desafio para a curricularização da extensão a visão limitada sobre o currículo nas universidades brasileiras, além da mescla de modelos europeus, norte-americanos e latino-americanos, que justamente colocam lado a lado projetos antagônicos de pensamento sendo que, para que de fato haja um avanço significativo no processo de curricularização, serão necessárias ampliações nas discussões sobre Universidade, Extensão Universitária e currículos, abrangendo toda a comunidade acadêmica e a sociedade.

Além disso, dentre os vários desafios para a curricularização, Imperatore e Pedde (2015) atentam ainda para a mercantilização da educação e a perspectiva transformada em gestão empresarial da extensão; a departamentalização da universidade, que fragmenta o conhecimento e impõe entraves à interdisciplinaridade; e um financiamento público que sustente os programas e projetos de extensão.

Com isso, se torna evidente que a disputa interna e a pressão externa entre os modelos de universidade refletem nesse processo de incorporação da extensão nos currículos (Weber, 2023). Sob essa perspectiva, Moacir Gadotti (2017, p. 11) ressalta que é possível caracterizar principalmente dois projetos antagônicos, nos quais “um realçando mais o caráter da universidade como prestadora de serviços ou de certificação para o trabalho e outra voltada mais para a educação como um bem público”.

O artigo de Gadotti (2017) se mostra bastante reflexivo e provocativo, considerando o fato de que mesmo com tantas tentativas legais de incorporação da extensão para integralização curricular, ainda era limitado o aporte teórico e prático de como operacionalizar tal mudança, assim o artigo contribui com uma proposta metodológica para a discussão nacional (Weber, 2023). Gadotti (2017) elenca como desafio para a curricularização da extensão o modo de se pensar o currículo, que precisa ser imediatamente revisto, de modo que ele possa traduzir um projeto político pedagógico integrado e supere a dinâmica de compilado de disciplinas.

Para que isso possa ser concretizado, o autor sugere que seja adotado o “currículo por projetos” (Hernández; Ventura, 1998), que é definido por Gadotti (2017) como uma teoria curricular crítica, mas também como uma modalidade de

currículo integrado organizado por eixos, módulos e temas, que se mostra interessante pelo fato de propor que seja superada a visão linear e fragmentada do currículo e seja adotada uma visão que ele define como emancipatória e integral. Em síntese, “trata-se de incorporar nos currículos a lógica da extensão que possibilita o diálogo entre os saberes e conhecimentos disciplinares dos cursos universitários e as questões mais amplas que permeiam a sociedade.” (Gadotti, 2017, p. 10).

A resistência dos professores em ceder espaço em suas disciplinas para a curricularização da extensão é um dos desafios que também se faz presente em algumas universidades brasileiras, o que certamente dificulta ainda mais o processo de curricularização. Nessa perspectiva, a professora Ana Inês Sousa relatou o seguinte:

Eu não sei como é aqui [na Unicamp], mas lá na UFRJ, que é a universidade e antiga [...], já com 98 anos indo para os 99 e assim: algumas pessoas se sentem donos das disciplinas, acham que não podem tirar nenhuma horinha da minha disciplina. Então, assim, lá teve muito isso, não sei se aqui tem esse problema, tem também? Mas lá foi difícil. Em alguns cursos foi difícil, [porque] ninguém queria abrir mão de alguma horinha para poder passar para a extensão, mas a ideia é você repensar mesmo o currículo mesmo, porque senão não tem como incluir, se não fizer isso (Sousa, 2019 *apud* Wociechoski, 2021, p. 134).

Segundo o professor do Centro de Tecnologia, essa dificuldade em inserir a disciplina de extensão nos currículos se deve, principalmente, ao percentual obrigatório de 10% que, segundo ele: Tecnologia, "É um período, né? [Porque] São 10 [períodos/semestres] nas engenharias. Então, se a gente parar para pensar ... é uma coisa significativa". (Wociechoski, 2021, p. 135).

Tal incômodo indicado pelo professor do CT também foi percebido por outro colega da UFRJ: "Alguns representantes de outras unidades e centros ficaram um pouco temerosos como conseguiriam com um currículo que já é super extenso e que alguns alunos já têm dificuldade de concluir como acrescentar 10% da carga horária de extensão" (Professor do Centro de Letras e Artes) (Wociechoski, 2021, p. 135).

Darlan Wociechoski (2021) concorda que um simples acréscimo de tempo no curso teria implicações imediatas para docentes e discentes, sendo, portanto, necessária a reflexão acerca do impacto nas políticas estudantis de permanência e, além disso, constatou a não apreciação das externalidades negativas advindas

dessa estratégia política quando da sua elaboração e aperfeiçoamento no âmbito da Câmara dos Deputados.

O autor ainda explica que, tomando como exemplo a UFRJ, a curricularização da extensão em si não foi a principal dificuldade, o que de fato ocasionava conflitos era a concepção da atividade extensionista pela antiga gestão central quanto à abertura a pluralidade de visões da atual gestão da Pró-Reitoria de Extensão.

Diante dessa perspectiva, Darlan Wociechoski (2021, p. 145) relata que:

Tomando por base os documentos e relatos, não foi possível assegurar que a curricularização da extensão possa promover uma significativa mudança institucional. Configurou-se, porém, como apenas mais um instrumento burocrático no interior do campo acadêmico local - ora como estratégia de alguns agentes extensionistas para ascender na hierarquia ora como forma de assegurar a legitimidade e autonomia do campo. Tal conclusão deriva do descompromisso institucional com mudanças sociais radicais e no que tange às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) sem, necessariamente, terem pertinência social em todos os projetos, no momento. Aquiesce, igualmente, essa ponderação o contingenciamento do acesso aos cursos de graduação e à incapacidade da participação popular efetiva na gestão universitária e no decorrer do processo de implementação dessa política.

Através dessa análise é possível concluir que a curricularização da extensão é um desafio de grande proporção, onde impasses como as limitações de recursos, tempo e pessoas poderão interferir negativamente na experiência.

Entretanto, se tais dificuldades forem trabalhadas para serem dirimidas, acredita-se que a experiência extensionista poderá contribuir para o delineamento de uma estrutura de inserção de componentes curriculares tanto na formação dos professores, como também na formação dos alunos e no seu desenvolvimento profissional (Gomes, 2022).

Dessa forma, através da interpretação dos dados apresentados neste estudo dissertativo, percebeu-se que existem inúmeras dificuldades no processo de implementação da curricularização da extensão universitária, desde aspectos relacionados a sustentabilidade financeira da Instituição de Ensino Superior à dificuldade de aceitação por parte de alguns docentes. Nesse sentido, acredita-se que debater sobre esse assunto é, e continuará sendo, de extrema importância para a consolidação do processo pedagógico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que o presente estudo possui extrema relevância acadêmica e científica para a sociedade por ter como objeto de estudo a curricularização da extensão universitária. Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo geral compreender os principais desafios enfrentados pelas Universidades Brasileiras na implantação da curricularização da extensão Universitária. Por sua vez, enquanto objetivos específicos, definiu-se identificar quais foram os pontos positivos e negativos no processo de implantação da curricularização da extensão por Universidades, descrever quais práticas foram utilizadas para a implantação da extensão na matriz curricular e mapear os principais desafios para o processo de implantação da curricularização da extensão Universitária.

No que diz respeito aos resultados da pesquisa, entende-se que os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados. Ao falar-se sobre os pontos positivos do processo de curricularização da extensão universitária foi possível identificar que o processo de inserção da extensão nas matrizes dos cursos possibilita a efetividade do princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Além disso, percebeu-se que por meio dessa prática estamos diante de uma reformulação curricular que possibilita que o aluno tenha contato direto com a sociedade em que este se encontra inserido, desenvolvendo uma formação que valoriza valores sociais e culturais.

Além disso, enquanto pontos positivos, identificou-se que por meio da inserção da extensão na matriz curricular ocorre uma padronização das práticas, tornando a prática da extensão um elemento obrigatório para todos os alunos dos cursos de graduação, por meio da Resolução 07 de 2018 do CNE.

Por sua vez, enquanto segundo objetivo, foi possível descrever as práticas utilizadas nos processos institucionais para curricularizar a extensão universitária. Através da Revisão Sistemática da Literatura (RSL) realizada foi possível descrever por meio de outros autores como ocorreu a aplicação da curricularização em algumas Universidades brasileiras.

Através da análise das pesquisas selecionadas, percebeu-se que o processo de curricularização não ocorreu de forma uniforme, isto é, seguindo um padrão em todas as universidades. Pelo contrário, através do estudo realizado foi

possível constatar que as Universidades seguiram as diretrizes previstas na Resolução 07 de 2018, entretanto, cada IES adotou uma forma específica de curricularizar a extensão no âmbito dos cursos de graduação.

Os processos institucionais possibilitaram as Instituições iniciarem o processo de aplicação prática da extensão na matriz curricular, contudo, devido a não aplicação uniforme, cada uma das IES aderiu um sistema distinto, não sendo definido um padrão.

Acredita-se que nessa perspectiva, existe uma lacuna que versa sobre a necessidade de uma prática de curricular padronizada, por meio de projetos de extensão, políticas ou disciplinas.

Por último, enquanto terceiro objetivo específico, mapeou-se as regiões brasileiras que desenvolveram pesquisas relacionadas a curricularização da extensão universitária, assim detalhando geograficamente as regiões e os programas de pós-graduação stricto sensu que desenvolveram pesquisas acerca deste objeto de estudo.

Através do aparato desenvolvido, contactou-se escassez de pesquisas relacionadas ao tema da curricularização da extensão. Dessa forma, enfatizando a relevância acadêmica e científica do presente estudo.

Acredita-se que a curricularização da extensão não se traduz apenas na articulação da teoria e prática, mas significa também endossar a concepção de que a universidade é formada por cidadão e que os problemas, as questões e as demandas sociais também a incluem, evidenciando-se assim a necessidade da promoção de práticas educativas.

Nesse contexto, a curricularização está fundamentada em compartilhar, aplicar e produzir conhecimento, por meio de um currículo constituído para esta finalidade. Em decorrência disso, observa-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente associada com este assunto.

Como analisado por meio das Teses e Dissertações abordadas na presente dissertação, acredita-se que a curricularização da extensão proporciona a valorização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fazendo com que assim um não tenha em detrimento em relação a outra.

Dessa forma, curricularmente, surge a possibilidade de aproxima a universidade dos grandes desafios que se verificam na sociedade e, com base na

perspectiva de que ensino, pesquisa e extensão se entrelaçam e são esquemas conceituais que dizem respeito à construção do conhecimento, observa-se o cumprimento da função social da Universidade (Gadotti, 2017)

Deste modo, por meio da curricularização da extensão, estaríamos diante de uma valorização da extensão universitária, buscando, de fato, efetivar a indissociável do ensino e da pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos, uma vez que o currículo não se traduz apenas na soma de um conjunto de disciplinas, ele é um projeto político pedagógico integrado e um dos principais desafios da curricularização da extensão está na superação dessa prática fragmentada de pequenos projetos por uma prática integral.

Essa fundamentação ressalta principalmente a dimensão acadêmica e social da extensão, compreendendo-a também enquanto prática formativa no currículo do estudante universitário (Brasil, 2018).

Entende-se a curricularização da extensão universitária ainda é um objeto de estudo que está em constante mutação, possibilitando assim que os pesquisadores tenham a capacidade de desenvolver recorrer pesquisas sobre o assunto. Dessa forma, enquanto contribuições para pesquisas futuras, recomenda-se analisar a curricularização da extensão enquanto avaliação. Acredita-se que debater como a curricularização da extensão universitária pode ser cobrada pelo MEC nos procedimentos de abertura, credenciamentos e recredenciamentos dos cursos de graduação pode ser uma perspectiva interessante para futuras pesquisas.

## 6 REFERÊNCIAS

### REFERÊNCIAS ANALISADAS

CORRÊA, Tuane Martins. **Movimentos da curricularização da extensão na formação docente no curso de licenciatura em física da UFSC**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2022.

GOMES, Pedro Alexandre. **Experiência extensionista: uma análise do sentido e do aprendizado do ensino universitário**. Tese (Doutorado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias) - Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR, 2022.

MARQUES, Gleicy Corrêa Nunes; STALLIVIERI, Luciane. Estratégias práticas para a curricularização da extensão. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 22, p. 1-30, 2024.

PATRICIO, Clara do Prado. **Reflexões e Práticas Estudantis na Extensão em Letras na UEPG: possibilidades para a curricularização**. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto Pereira. **A historicidade da dualidade na educação: a contrarreforma do ensino médio**. Tese. (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE, 2022.

OLIVEIRA, Carla Viviane Novais Cabral De. **CEUNES e extensão universitária: perspectivas e desafios da curricularização**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito santos, 2020.

SANTOS, Paloma Marques dos. **A “fronteira” universidade escola: um estudo a partir da curricularização da extensão na formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência) - Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas da Universidade Federal de São Paulo, Diadema, 2019.

SOARES, R. C. **Extensão Universitária no Brasil e na UFRRJ: quando e como estas histórias se entrelaçam**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, programa de pós-graduação em educação, contextos contemporâneos e demandas populares, 2017.

SOUZA, Margarida Maria de. **Um estudo avaliativo sobre a implantação da curricularização em instituições de ensino superior: o caso da universidade federal do ceará (UFC)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2019.

WEBER, Gabriela Rozek. **Extensão universitária no cenário brasileiro contemporâneo**: análise de planos de desenvolvimento institucional das universidades federais de Santa Maria, Rio Grande do Sul e Pelotas. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria- RS, 2023.

WOCIECHOSKI, Darlan Pez. **Estratégia política de inserção curricular da extensão nos cursos de graduação**: a construção nacional do texto e a implementação na UFRJ. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ZANON, Denise Puglia. **O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciandos na UEPG**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2022.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AUGUSTO, Renato Gadioli. **A extensão universitária**: da compreensão da gênese do conceito, características e propostas para alcançar a integração entre universidade – comunidade. In: Revista de Ciências Humanas, vol. 20, n. 1, 2020.

BIANCHI, José João P. **A educação e o tempo: três ensaios sobre a história do currículo escolar**. Piracicaba: Unimep, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitário. Diário Oficial [da República Federativa do Rio de Janeiro, RJ. 11 abr. 1931. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19851.htm#:~:text=DECRETO%20N%20o%2019.851,%20DE%2011%20D E%20ABRIL%20DE](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm#:~:text=DECRETO%20N%20o%2019.851,%20DE%2011%20D E%20ABRIL%20DE). Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e de outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 19 dez. 2018, pp. 49 - 50.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. **Resolução n.º 3, de 18 de dezembro de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Senado Federal/Coordenação de Edições Técnicas, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília: 2001.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 set. 2024.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio, 2003. "**Extensão universitária**: institucionalização sem exclusão". In: Revista Educação Superior. Piracicaba: EDUNIMEP, v. 53, p.36-38.

CONAE. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação**: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Documento Referência. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/conae-construindo-o-sistema-nacional-articulado,d7622d55-28d8-4f06-85d2-d44ec9471501#:~:text=O%20documento%20apresenta%20diretrizes%2C%20metas%20e%20a%20C3%A7%C3%B5es%20para,marco%20hist%C3%B3rico%20para%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20na%20contemporaneidade>. Acesso em: 02 out. 2024

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. "A universidade pública sob nova perspectiva". In **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, set/out/nov/dez 2003.

CONCEITO de extensão, institucionalização e financiamento. I encontro de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. **FORPROEX**, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

COSTA, Sirlaine Galhardo Gomes. **Políticas públicas de biblioteca universitária: desafios para inclusão das bibliotecas das universidades**

**estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP) na curricularização da extensão.** Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

DALMOLIN, B. M.; Vieira, A. J. H. **Curricularização da Extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica.** In Congresso Nacional de Educação. Curitiba, Paraná, Brasil: PUCPR, 2015.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios.** Santa Maria: Editora da PRE-UFSM, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Extensão e comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira.** Recife: Universidade do Recife, 1959.

FERREIRA, Denilson Carrijo. **A Extensão na Universidade Federal de Uberlândia: uma proposta avaliativa.** 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Organizacional) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

FORPROEX. **Extensão Universitária: organização e sistematização/ Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização:** Edison José Correa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112p.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária,** 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2025.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: para quê? **Instituto Paulo Freire,** 2017. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em: 05 out. 2024.

GANGANA, Danton Fillipe Grossi. **O estado (liberal) de direito contra a demokratia: da liberdade-privilégio à exceção jurisdiciona.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história.** Tradução Atílio Brunetta. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez; Autores Associados: Universidade Federal do Ceará. 1986. 182p.

HERNANDÉZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes médicas, 1998.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Org. Richard Tuck; tradução João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner; revisão da tradução Eunice Ostrensky. Ed. brasileira supervisionada por Eunice Ostrensky. - São Paulo: Marins Fontes, 2003

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. **Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais** / Simone Loureiro Brum Imperatore. - Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V. "Curricularização" da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. XIII **Congreso La-Tinoamericano De Extensión Universitaria**, p. 1–10, 2015.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12,7 do PNE. In: **Anais XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. ISBN: 978-85-68618-01-1. Mar de Plata, Argentina, 2015.

KELLER-FRANCO, Elize. **Movimentos de mudança: um estudo de caso sobre inovação curricular em Cursos de Licenciatura da UFPR/Litoral**. 2014. Tese (Doutorado em Educação – Currículo, Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

LEITE, D.; MORISINI, M. **Universidade no Brasil: a Ideia e a Prática**. In: Revista brasileira de Estudos pedagógicos, Brasília, v.73, n.174, p.242-254, maio/ago. 1992

LUCAS, Angela Christina *et al.* Curricularização da extensão: a experiência do curso de administração pública da faculdade de ciências aplicadas UNICAMP. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cgpc/a/8KSd5DNk3Mg7SHSrcRGcGyD/?format=pdf&lang=pt>; Acesso em: 23 abr. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

MAGALHÃES, et al. A Curricularização da Extensão: práticas exitosas / Alessandra Borin Nogueira; Antonio Wardison C. Silva, org. – Campinas, SP: Editora Splendet PUC-Campinas, 2023.

MIGUEL, José Carlos. **A Curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 19n. 50, 2023. DOI:10.22481/praxisedu. v19i50.11534.

MIRRA, Evando. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

MURPHY, Andrew R. **Conscience and Community**. Penn State University Press, 2021.

MORHY, Lauro. Brasil – **Universidade e educação superior**. In: Morhy, Lauro (org.). Universidade no mundo. Brasília: Editora UnB, 2004. p. 25-60.

MATOS, M. L. de. **Análise da evolução da extensão da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 1997 a 2003**. Dissertação de Mestrado em Administração. Florianópolis: UFSC, 2004.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.) **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: UFMG/PROEX; FORPROEX, 2000.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas da Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira 1975-1999**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 1999.

NOGUEIRA, M. das D. P. **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000. 194p.

OLIVEIRA NETO, Lutgardes de, Marcelo Carbone Carneiro e Paulo Noronha Lisboa Filho (org). 2015. **Universidade e sociedade**. São Paulo: Cultura Acadêmica.

PAULA, J. A. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. In: Interfaces Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013

PIMENTEL, Geyza Alves. **Universidade e políticas de extensão no Brasil do governo Lula: período de 2003 a 2010**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RIBEIRO, Joyce Oliveira. Os impactos ocasionados pelas revoluções industriais mediante a formação professores e aos currículos escolares. **9º simpósio da pós-graduação**, 2020. Disponível em: <https://memoriajornada.ifsuldeminas.edu.br/index.php/spgpcs2020/spgpcs2020/paper/viewFile/5951/4595>. Acesso em: 27 set. 2024.

RAFAGHELLI, Milagros. **Integración docencia y extensión**: otra forma de enseñar y de aprender. 1a ed. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2013.

RODRIGUES, R. **A Extensão universitária como uma práxis**. Em *Extensão*, v. 5, p. 97-84-88, 2006.

SAMPAIO RF E MANCINI MC. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O que significa o currículo?** In: Gimeno Sacristán, José (org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. **A extensão universitária e os entre-laços dos saberes**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, Paloma Marques dos. **A “fronteira” universidade escola: um estudo a partir da curricularização da Extensão na formação de professores**. Diadema, 2019, 141p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática). Universidade Federal de São Paulo.

SANTOS, Boaventura Souza. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000. 138p.

SIMÕES, Carlos Artexes. **Juventude e Educação Técnica**: A experiência na formação de jovens trabalhadores do Colégio Estadual Prof. Horacio Macedo/CEFET-RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2007

SUNDELFD, Carlos Ari. **Fundamentos de Direito Público**. 4ª ed. 7ª tiragem. Ed. Malheiros: São Paulo, 2006.

SILVA, Maria Aparecida. **Currículo para além da pós-modernidade**. In: 29.ª Reunião Anual da Anped. 2006.

TAUCHEN, G.; DEVECHI, C. P. V.; TREVISAN, A. L. Interação universidade e escola: uma colaboração entre ações e discursos. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 475, p. 369, 2014.